

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL**

**Performances de gênero e ruralidades: Acompanhando uma rede
agroecológica de Canguçu – RS.**

Rosemeri Völz Wille

Porto Alegre
2020

ROSEMERI VÖLZ WILLE

Performances de gênero e ruralidades: Acompanhando uma rede agroecológica de Canguçu – RS.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof. Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva

Porto Alegre
2020

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. José Ricardo Kreutz
Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)

Profa. Dra. Paula Sandrine Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Rita de Cássia Maciazeki Gomes
Universidade Federal de Rio Grande (FURG)

À minha família

Aos que amo

À todas agricultoras e agricultores do mundo

Agradecimentos

À todas agricultoras e agricultores que fizeram parte de minha trajetória, pelo alimento, pelos ensinamentos, pela colaboração e pela perseverança.

À todas as mulheres do mundo que vieram antes e que lutaram pelos direitos que usufruímos hoje. À todas aquelas que lutam e ainda lutarão.

À todas e todos que construíram e constroem a universidade pública, gratuita e de qualidade.

À minha mãe, Núbia, e meu pai, Teodoro, que com mãos calejadas e dificuldades não deixaram de me incentivar e apoiar. Por todo exemplo e cuidado, obrigada. Cada linha aqui só é possível por vocês.

Aos meus avós, Maria Silma, Olinda e Martim, sempre presentes e afetuosos.

À Laís, por toda amizade e companheirismo. Presença constante na formulação e reformulação da vida e da pesquisa.

À Talita, pela parceria e amizade. Por embarcar no mestrado comigo, ser casa e apoio.

À Mari, por tanto compartilhado, sonhos, desejos, acrobacias e uma casa cheia de amor.

À Clita, Camila, Barbara, Téia, Moção, Dani, Daiane, Luiza, Ju, Josi, Angélica, Estefânie e tantos outros amigos, que perto ou longe, se fazem presentes.

Ao Carlos Baum (*in memoriam*), por em tão curto tempo mobilizar tantas questões. Pela motivação e empolgação pelo conhecimento. Talvez esteja tudo errado, mas eu tentei.

À Marlene e ao Ildo, pela generosidade e confiança de viver na casa laranja.

À Rosane, pela paciência e orientação, mas especialmente pela abertura com meu projeto de pesquisa e suas tantas mudanças.

Ao José Ricardo, pela amizade, incentivo e animação desde a graduação.

À Paula, pelas contribuições e aprendizados, nas aulas e banca.

À Rita por aceitar contribuir na banca, pelo trabalho e trajetória junto às ruralidades.

À EMATER e EMBRAPA, pela ação junto aos agricultores e agricultoras, especialmente aos que trabalham com agroecologia.

Ao André, por todo companheirismo, por todo amor que desperta em mim e por tudo que não cabe nas palavras inventadas até o momento.

À Clenair, Aline e Thiago, pela presença carinhosa mais recente em minha vida. Por me fazerem sentir em casa.

Às crianças e adolescentes da Casa da Criança e do Adolescente de Canguçu, por tanto carinho e aprendizado no ano que passou.

A todos os professores que já passaram pela minha vida, por todo o aprendizado compartilhado.

Ao PPGPsi da UFRGS, professores e demais funcionários que colaboraram na formulação dos problemas e nas tarefas burocráticas.

À CAPES pelo apoio financeiro que possibilitou a realização da pesquisa.

A todos vocês meu carinho e agradecimento por fazerem parte da minha vida e colaborarem na construção dessa pesquisa.

É debaixo da terra
No silêncio do chão
Onde não é superfície
O olho não enxerga não
É no fundo do peito
Junto do coração
Onde não é superfície
O olho não enxerga não
Mas ela tá lá...
Na espreita ela espera, a dor
Mais bonita mais singela, a flor
Vem a chuva clarear
Faz a terra estremecer
Tira ela pra dançar
Germinar eu quero ver
E já vai chegar, e já vai chegar
Então o olho verá...
Árvore que dá o fruto
Num processo tão bonito
Do fruto nasce a semente
E assim se repete o ciclo
Ciclo onde o dinheiro é nada
Lá quem manda é o mistério
Voz de fora mercenária
Inventa a semente estéril
Diz que a vida é linha reta
E que não para de subir
Quem perde o bonde do progresso
Não terá espaço aqui
Agora quem marca o gado é o mercado cristo-rei
Dita as regras, faz o jogo, dá as cartas faz a lei
A cidade é o modelo da verdade da nação
Palco da nossa novela tela de televisão
Tudo é lindo! Tudo é bom!
Muita luz e muito som!
"E cai a máscara"
Num aperto de um botão...
E bem no fundo lá no fundo
Onde mora o coração
Até mesmo a cidade
Dona rica e poderosa
Tem saudade lá da roça
Tem saudade do sertão
E quando o sertanejo toca
Na viola o seu lamento
Longe avoa o pensamento
Fundo bate o sentimento e
Dentro do apartamento
A cidade tem vontade de chorar
Ciranda – El Efecto

RESUMO

A temática ambiental vem ganhando visibilidade nas últimas décadas. A crise dos chamados recursos naturais suscitou a criação e retomada de práticas entendidas como mais favoráveis ao meio ambiente nos modos de fazer agricultura. Entre essas práticas, estão as conhecidas como de base ecológica ou agroecológicas, que diferem do que comumente se chama convencional em agricultura. Cada um desses modos de fazer agricultura, articula uma rede de atores específica. Estes atores, humanos e não humanos, mobilizam práticas e produzem performances de ruralidades e gênero. Nesse sentido, a partir da articulação das proposições da Teoria Ator-Rede, do conceito de performance e do diálogo com autoras e autores que abordam as ruralidades e a crítica à colonialidade do projeto desenvolvimentista moderno, busca-se traçar reflexões situadas que possibilitem o engajamento da Psicologia com os diversos modos de vida. O trabalho discute as questões de gênero em ruralidades, problematizando algumas afirmações dos movimentos que pautam questões ambientais e as ações destas afirmações na rede, e investiga as práticas heterogêneas que performam gênero em um grupo agroecológico situado no município de Canguçu – RS. Para isso, foram realizados contrastes entre práticas agrícolas agroecológicas e práticas agrícolas convencionais, que possibilitam perceber as redes distintas que performam cada um dos tipos de fazer agricultura, bem como, a recusa de alguns atores não humanos e inserção de outros, o que modifica a organização das propriedades, as relações e os compartilhamentos entre mulheres e homens do grupo. Estas reorganizações, simultaneamente, expandem as controvérsias e as possibilidades dos atores na rede, desestabilizando papéis em alguns âmbitos, mas também reforçando estabilizações em outros.

Palavras-chave: Ruralidades, Gênero, Agroecologia, Ator-rede, Performance.

ABSTRACT

The environmental theme has gained visibility in recent decades. The crisis of so-called natural resources led to the creation and resumption of practices understood as more favorable to the environment in the ways of doing agriculture. Among these practices are those known to be ecologically or agro-ecological, which differ from what is commonly called conventional in agriculture. Each of these ways of farming, articulates a specific network of actors. These actors, human and non-human, mobilize practices and produce performances of ruralities and gender. In this sense, based on the articulation of the propositions of the Actor-Network Theory, the concept of performance and the dialogue with authors who approach the ruralities and the criticism of the coloniality of the modern developmental project, we seek to outline situated reflections that enable the engagement of Psychology with the different ways of life. The work discusses gender issues in ruralities, problematizing some affirmations of movements that guide environmental issues and the actions of these affirmations in the network, and investigates the heterogeneous practices that perform gender in an agroecological group located in the municipality of Canguçu - RS. For this, contrasts were made between agroecological agricultural practices and conventional agricultural practices, which make it possible to perceive the distinct networks that perform each type of farming, as well the refusal of some non-human actors and the insertion of others, which modifies the organization of properties, relationships and shares between women and men in the group. These reorganizations simultaneously expand the controversies and possibilities of the actors in the network, destabilizing roles in some areas, but also reinforcing stabilizations in others.

Keywords: Ruralities, Gender, Agroecology, Actor-network, Performance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização de Canguçu-RS	13
Figura 2 - Mapa dos distritos de Canguçu e a localização da rede.....	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: A REDE DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	12
2 A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA INVESTIGATIVA.....	19
3 CAPÍTULO I - RURALIDADES E AGROECOLOGIA: A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO MÚLTIPLO.....	27
4 CAPÍTULO II - AS QUESTÕES DE GÊNERO EM RURALIDADES: PASSOS PARA UMA ANÁLISE SITUADA.....	34
4.1 As questões de gênero nos movimentos que pautam questões ambientais.....	41
5 CAPÍTULO III - ACOMPANHANDO UMA REDE AGROECOLÓGICA DE CANGUÇU-RS.....	49
5.1 Percorrendo a rede.....	49
5.2 Novas paisagens: a colaboração entre humanos e não humanos.....	53
5.3 Organização coletiva e autogestão: produção de uma ética agroecológica.....	54
5.4 Autogestão e a expansão do campo de controvérsias da rede.....	58
5.5 Os não humanos na rede.....	62
5.6 O trabalho doméstico.....	64
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
ANEXO A.....	78

1 INTRODUÇÃO: A REDE DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A temática ambiental, de formas mais e menos explícitas, vem ganhando visibilidade em nosso coletivo¹ nas últimas décadas. Discussões sobre sustentabilidade, produtos “eco friendly”², reciclagem, feiras orgânicas são alguns dos atravessamentos da temática em nossa vida social. Se nas décadas anteriores o posicionamento centrou-se na utilização e extração dos recursos naturais em larga escala, atualmente crescem as discussões e práticas que visam a manutenção e recuperação. Esta mudança de posição perante o meio ambiente pode ser constatada em uma série de acontecimentos que partem dos elementos naturais e fazem implicar o humano de diversas formas em uma ética ecológica.

Para Latour (1994), a crise ambiental nos faz voltar os olhos para o antagonismo ontológico entre natureza e cultura, base de nossa episteme e dos nossos modelos explicativos de mundo, fazendo ver que não existe uma separação entre estes campos. Habitante de uma grande cidade ou de uma propriedade rural no interior, atualmente é pouco provável estar alheio aos atravessamentos da crise ambiental, seja por consequências diretas ou pelo alerta de possíveis consequências, tornando evidente a relação entre natureza e cultura. Por isso, Latour propõe como explicação de nosso coletivo as redes, formadas por humanos e não humanos que se relacionam fazendo nosso mundo.

Dentre muitas discussões a partir da problemática ambiental, emerge a preocupação com os modos de produzir alimentos. Questão que nos leva à agricultura, suas práticas e implicações para a manutenção de nosso coletivo. Assim como em outros contextos, a crise ambiental suscitou a criação e retomada de práticas entendidas como mais favoráveis ao meio ambiente. Entre essas práticas estão as conhecidas como de base ecológica ou agroecológicas, que serão discutidas ao longo do trabalho.

As práticas agroecológicas diferem do que comumente se chama convencional em agricultura. Convencional está atrelado ao modelo produtivista e de

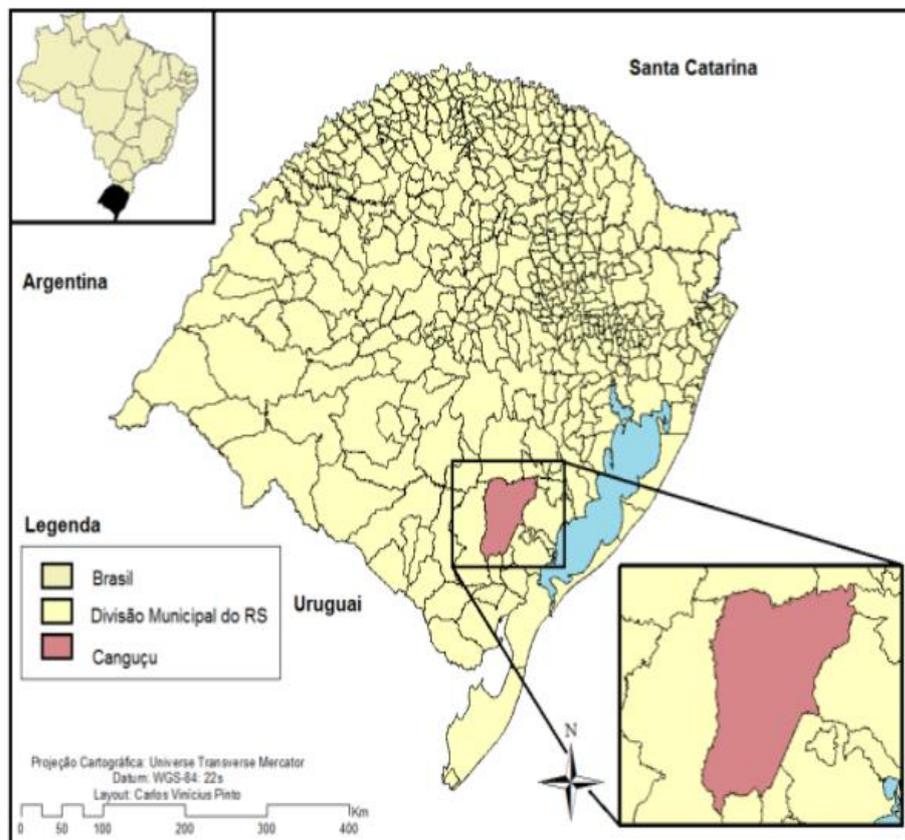
¹ Para Latour, “vivemos em coletivos, não em sociedades” (2001, p.222). Para o autor a palavra sociedade foi transformada em um conto de fadas de relações sociais do qual os não humanos foram nucleados. Coletivo, é por ele definido, como um intercâmbio entre propriedades humanas e não humanas.

² Em tradução livre: amigos do meio ambiente ou ecológicos. Refere-se a um selo ou slogan utilizado por empresas e produtos para designar a implicação com a questão ambiental e sustentabilidade.

extração, onde os recursos naturais servem à produção humana, seu desenvolvimento e produção de lucro. Estes modos de fazer agricultura acionam redes distintas, produzindo ações, práticas e atores que diferem.

O interesse em pesquisar gênero e ruralidades ligadas à agroecologia emerge, além de pela crescente discussão das temáticas, a partir de minha trajetória. Nasci e morei até os 16 anos na área rural de Canguçu, um município do interior sul do Rio Grande do Sul. Conhecida como a capital nacional da agricultura familiar e a maior área de minifúndios da América Latina, Canguçu é marcado pela produção familiar em pequenas áreas. Extensa em território, é possível encontrar grande diversidade de práticas, saberes e realidades. Áreas indígenas, quilombos, assentamentos da reforma agrária, áreas de monocultivo, pecuária, agroecologia e turismo rural.

Figura 1 - Mapa da localização de Canguçu-RS



Fonte: Elaborado por Carlos Vinicius Pinto, 2015.

O interesse em pesquisar o movimento agroecológico surge em meu percurso enquanto graduanda de Psicologia, onde passei a integrar o TECSOL, Núcleo

Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária da Universidade Federal de Pelotas, projeto de extensão do qual fui bolsista. Tal experiência me proporcionou um novo encontro com as ruralidades através da incubação da associação Bem da Terra, que reúne empreendimentos solidários da região sul. Na economia solidária as práticas agrícolas são pensadas a partir da agroecologia, sendo então, essa experiência na extensão universitária meu contato inicial com este campo. O TECSOL, enquanto uma incubadora de empreendimentos, constrói processos de acompanhamento da transição da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica junto a grupos formados por famílias de Pelotas, Morro Redondo e Canguçu. Paralelamente à minha experiência no TECSOL, minha família, que historicamente se relacionou com a terra, produzindo alimentos para subsistência e comercialização, teve contato com a proposta agroecológica a partir da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), aderindo ao processo de transição agroecológica, o qual experienciam até o momento.

A divisão do trabalho, de práticas exclusivas aos homens e outras às mulheres, chamava minha atenção desde criança, especialmente ao perceber que as práticas exclusivas às mulheres acabavam por somar uma carga de trabalho maior que a dos homens. Também chamava minha atenção o que se dizia de um certo lugar da mulher e sobre o que lhe é permitido. Os lugares que podia ocupar e o que podia fazer. Discursos e práticas que fui percebendo com o passar dos anos, a medida em que os sentia agindo sobre minhas ações e sendo evocados ao passo que manifestava o desejo de ocupar um lugar que não era o esperado para uma mulher rural. Na universidade, ao me aproximar das teorias feministas, pude compreender que historicamente as mulheres foram subordinadas aos homens: tidas como mais frágeis e menos capazes em alguns contextos e em outros como passíveis de terem seus corpos explorados de diversas formas. Apesar da distância contextual dos textos que lia - geralmente localizados na urbanidade - buscava pensar as questões colocadas a partir de minha experiência rural. No curso de Psicologia, mesmo em uma universidade do interior, com os diversos atravessamentos de questões rurais que a compõem, tratamos todas as questões a partir de referencial urbano, naturalizando-o. Também nos movimentos feministas raramente se fala das questões de gênero no campo, sobre as singularidades das mulheres camponesas, suas pautas e realidade.

Percebendo tais lacunas, em meu trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), abordei este tema, e ao ingressar no mestrado o desejo de pesquisar as questões de gênero em contexto rurais me acompanhou e foi animado pelo encontro com novos autores e novos modos de fazer perguntas sobre o tema. O viver na capital gaúcha e a proximidade com pessoas com experiências quase que exclusivamente urbanas também foram construindo maneiras de pensar estas questões. Dentro e fora da universidade, quando falava de minha experiência e de minha pesquisa em construção, precisava evocar e criar o cenário pouco conhecido por meus interlocutores. Assim fui sendo convidada a pensar os modos como falava e escrevia: Como falar de ruralidade sem falar da terra, das estações, das sementes, adubos, animais? Como falar de gênero sem mencionar a rede que compõe o cotidiano de mulheres e homens e os elementos com os quais se relacionam? Como falar de gênero sem pensar os atores que compõem este emaranhado complexo de práticas, sentidos, divisões e compartilhamentos?

Tais questões surgem a partir de olhares que se distanciam dos caminhos teóricos traçados anteriormente como pesquisadora, apontando para novos caminhos e novas apostas. Nesses novos caminhos, encontro-me com o campo de estudos da ciência, tecnologia e sociedade (CTS), e mais especificamente com Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012; LAW e SINGLETON, 2014) e o conceito de performance a partir de Annemarie Mol (2002), que trazem elementos para pensar realidades múltiplas e performadas, e redes entre humanos e não-humanos. Os estudos deste campo passam a pensar a ciência, tecnologia e sociedade como áreas não isoladas, mas que se arranjam complexamente entre si. Provocando a novos modos de pensar as realidades, pesquisas e o social.

A escolha por esse caminho teórico-metodológico foi um exercício desafiador, tendo em vista que minha trajetória de pesquisa e estudo até então se fazia com autores e metodologias centradas no humano, como a maioria dos estudos que articulam gênero e ruralidade e gênero e agroecologia. Compreendendo a realidade como múltipla (MOL, 2002), não se trata de construir oposições ou mesmo perspectivas, mas sim composições que possibilitem aberturas para pensar a agência dos atores na construção e reconstrução ativa do mundo e de si mesmos. E ainda, como possibilidade de tensionar a compreensão do social que se centra no

humano e acaba por apagar complexidades de associações³ que fazem o mundo, reforçando os mistos dicotômicos natureza-cultura, sujeito-objeto.

Atentar para os atores não-humanos e o que mobilizam em suas redes não foi fácil, mas foi encarado como um exercício. No decorrer do processo de pesquisa fui percebendo que os autores e modos de pensar com os quais trabalhava anteriormente, geralmente a partir da filosofia da diferença, são inseparáveis das problemáticas de minha pesquisa e se misturam com os autores que escolho atualmente. Além disso, não posso deixar de falar do encontro com a teoria da Enação, através do grupo de pesquisa *Oficinando em Rede* da UFRGS, que apesar de não aparecer diretamente no texto, exerce grande influência na construção das questões que percorro e como as discuto. Assim, este trabalho se desenha como um diálogo, composto por muitas controvérsias⁴, entre campos de saber e teorias que foram compondo o caminho da pesquisa. Caminho este que não foi linear, mas de idas e voltas na escolha dos autores e nos modos de construir o trabalho, emergindo como uma tarefa diplomática (BAUM, 2017).

A figura de um diplomata é inspirada em Baum (2017), que se utiliza de uma fala de Mol (2015), que sugere a busca de mais diplomacia e menos julgamento nas relações inter científicas. O diplomata não busca uma verdade sobre um problema, mas exercita a posição ética de “relacionar distintos repertórios e conjugar diferentes interesses sobre um mesmo problema” (BAUM, 2017, p. 120).

As pesquisas que tratam das questões rurais estão localizadas, em sua maioria, na área das ciências agrárias, ciências sociais e desenvolvimento rural. Na psicologia ainda são pouco pesquisadas, como sinalizam Leite & Dimenstein (2013), “[existe] uma enorme lacuna de participação da psicologia nestas questões, especialmente a respeito das ruralidades, dos modos de subjetivação e dos processos psicossociais e identitários em contextos rurais” (p.19). Na psicologia social brasileira tais questões tiveram maior visibilidade nos últimos anos, influenciadas, especialmente, por pesquisadores da América Latina que propuseram encontros e discussões acerca do que chamaram “Psicologia rural” (LANDINE, 2015). No ano de 2013 aconteceu o primeiro encontro Latino-Americano de

³ Associações, neste contexto teórico-metodológico, referem-se a conexões e relações entre atores humanos e não humanos.

⁴ Estas entendidas como um momento em que as ideias ainda não são dadas como fatos, mas são questionadas (LATOURETTE, 2000), conforme discutirei mais adiante.

Psicologia Rural e no ano de 2015 foi inaugurado o GT Psicologia Social e ruralidades no encontro nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), a fim de organizar as produções que se ocupam da temática.

Aqui não me preocupo em defender a criação de um novo campo dentro da Psicologia, mas sim a importância de que a Psicologia esteja implicada com os diversos modos de vida. É nesse rastro que se insere este trabalho, desde a implicação com a desconstrução de processos universalizantes e a importância do olhar para os processos de subjetivação nos diversos contextos. Parto da posição de que sujeito e mundo se produzem em coemergência a partir de redes complexas, que são localizadas e específicas, e que convocam a uma postura político-investigativa que a compreendam enquanto tal.

Nesse caminho, os objetivos da pesquisa são: ampliar e aproximar a discussão acerca das ruralidades da psicologia; construir um panorama teórico acerca das ruralidades, as questões de gênero nesse contexto e a emergência da agroecologia; discutir como se colocam as questões de gênero pelos movimentos que pautam as questões ambientais; e acompanhar um grupo situado no município de Canguçu, que possui a agroecologia como princípio, buscando rastrear associações que produzem modos diferentes dos que se produzem nas práticas agrícolas convencionais, especialmente as associações que sustentam gênero, as diferenciações e compartilhamentos entre mulheres e homens.

Na construção de uma política investigativa nesse sentido, me aproximo das ferramentas teórico-metodológicas propostas pela Teoria Ator Rede (TAR) e por Anemarie Mol, e de autoras e autores que discutem ruralidades e gênero a partir de uma perspectiva situada e descolonial, discutindo as questões a partir das ruralidades e da compreensão do contexto colonizador do projeto de desenvolvimento capitalista mundial.

O trabalho se organiza em quatro partes. Na primeira busco situar as ferramentas teórico-metodológicas. Nela exploro os conceitos de rede (LATOUR, 2012; LAW e SINGLETON, 2014) e performance (MOL, 2002), que desenham a problemática e objetivo da pesquisa, estabelecendo perguntas que procuro percorrer nesse trabalho: 1) Através de quais associações, práticas e materialidades se produzem distinções, exclusividades e compartilhamentos entre homens e mulheres nestas duas formas de fazer agricultura? 2) Como as estabilizações relacionadas a gênero se desestabilizam no performar da agroecologia produzindo outras

performances? e 3) O que a agroecologia, em sua composição de diversos atores situados, faz fazer? A seguir, no capítulo I, apresento a discussão acerca das ruralidades e da agroecologia. No capítulo II trago a discussão de gênero em ruralidades, em diálogo com autoras descolonias, discutindo como é apresentada as questões referentes a papéis da mulher nos movimentos que pautam questões ambientais e como isso se apresenta no grupo agroecológico acompanhado. No capítulo III trago a descrição de cenas da experiência junto ao grupo, onde busco descrever algumas práticas e associações e contrastá-las com práticas da agricultura convencional, discutindo a existência de uma ética agroecológica e as performances de gênero nos dois modos de fazer agricultura.

Vale ressaltar que não procuro responder às questões levantadas de modo a entregar verdades universais sobre a temática, mas sim, apresentar um percurso teórico-vivencial, experimentando algumas possibilidades de levantar questionamentos que procuram compreender como as questões de gênero são vivenciadas na experiência agroecológica.

2 A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA INVESTIGATIVA

Ao me encontrar com as ferramentas teórico-metodológicas da teoria ator-rede e com os trabalhos de Anemarie Mol, fui construindo novas formas de compreender e colocar questões. Passei a compreender as ruralidades como redes, que se constituem na relação de diversos elementos, humanos e não-humanos: elementos da natureza, solo, água, plantas, animais, distâncias, equipamentos, ferramentas, técnicas e objetos utilizados na agricultura. Esta proximidade com o que se compreende como natural e técnico, e que se entende como apartado das ciências humanas, não pode ser ignorada ao iniciarmos uma discussão que se compreende política. Provocada pela fala da pesquisadora e professora Dolores Galindo no encontro nacional da ABRAPSO de 2017, em que pontua que ignorar uma série de atores não-humanos que habitam o cotidiano e as cosmovisões de povos, é colonizar e ignorar também esses povos, me aproximo das discussões sobre a separação entre natureza e cultura, que é estruturante das ciências.

Latour, em sua obra “Jamais fomos modernos” (1994), aponta que o projeto moderno supõe a divisão do mundo em entes purificados, naturais ou culturais. Neste acordo moderno, a natureza é tida como transcendente e objetiva, e a sociedade imanente e subjetiva. O autor se opõe a essa dicotomia, afirmando que não há separação ontológica entre natureza e cultura, e sim que esta separação é fabricada e se dá através da distribuição de objetos entre ciência e política. Sua evidência é a existência de híbridos, objetos que não se estabilizam em um ou outro campo, trazendo à tona a inseparabilidade desses campos. Como exemplo disso, as questões ambientais que emergiram no século passado, trazendo para o domínio do que é considerado social as discussões antes deixadas para o domínio das ciências naturais.

No momento em que o clima traz consequências à organização humana, o ar torna-se poluído e a água escassa, evidenciando suas conexões e relações com os atores humanos, a natureza passa a ser parte do tecido social. Nesse sentido, a proposta de Latour é de atenção às redes que ligam os elementos humanos e não-humanos e formam nossos coletivos, rompendo com a separação do que é natural e do que é social. Para o autor, os atores são sempre híbridos, já que não existe pureza e oposição, mas sim relações.

A ideia de rede a partir da teoria ator-rede passa pela compreensão de associações entre entes heterogêneos. Estes entes, humanos e não-humanos, intitulados atores ou actantes⁵, são dotados da capacidade de gerar ação, isso é, que “fazem-fazer” (LATOURE, 2012). O principal contraste da teoria com outras abordagens é a atenção aos elementos não-humanos, que deixam de ser apenas artefatos significados pelos humanos e passam a ser pensados com capacidade de agência, isto é, com capacidade de mobilizar ações nas redes.

A ideia é atentar aos elementos humanos e não-humanos simetricamente nas redes. A simetria, no entanto, não visa igualar estes atores, como pontua Latour (2005), pois compreende-se a heterogeneidade dos atores. O que se pretende é a atenção a como eles se relacionam, considerando todos os que agem na formação das realidades. Voltar-se para as materialidades parte da compreensão de que material e social se produzem conjuntamente: “Talvez, quando nós olhamos para o social estamos também olhando para a produção de materialidades; e quando olhamos para os materiais, estamos testemunhando a produção do social” (LAW; MOL, 1995, p. 274).

Ponto importante sobre este referencial é que a teoria ator-rede compreende a rede como um campo de controvérsias. Controvérsias compreendidas como fenômenos da vida coletiva onde não há algo fechado ou estabelecido, onde as dinâmicas associativas se constroem, partindo do fato de que os atores não podem ignorar a existência dos demais na produção de um viver em conjunto (VENTURINI, 2010).

Pensar as ruralidades como redes de associações heterogêneas se torna um caminho político-epistemológico. Descrever redes heterogêneas que provocam a outros modos de pensar o coletivo, enquanto associações de atores humanos e não-humanos. Este exercício passa por assumir que os humanos não estão sozinhos agindo sobre um mundo passivo, mas que se compõem junto das redes que integram (GALINDO, MILIOLI & MÉLLO, 2013), isto é, junto dos elementos da natureza, técnicas, conhecimentos, objetos e etc.

Junto da teoria ator-rede relaciono as proposições de Mol (2008) para pensar a realidade enquanto feita e localizada histórica, cultural e materialmente. Ambos se

⁵ O termo actante foi proposto por Latour devido a palavra ator carregar simbolismo que remete ao humano. No decorrer do trabalho, por preferência, utilizarei o termo ator, já que como situamos nas ferramentas teóricas aqui utilizadas, também se refere a humanos e não humanos.

distanciam da ideia de uma realidade a ser apreendida ou descoberta, conforme propõe Mol (2008), existem diferentes versões ou performances de uma mesma realidade no presente.

Falar da realidade como múltipla depende de outro conjunto de metáforas. Não as de perspectiva e construção, mas sim as de intervenção e performance. Estas sugerem uma realidade que é feita e performada [enacted], e não tanto observada. Em lugar de ser vista por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas (Mol, 2008 p.66)

Portanto, a realidade é compreendida enquanto múltipla e a pesquisa passa a acompanhar modos de fazer, ou performar, que são sempre situados. Nessa perspectiva, ruralidades, gênero e agroecologia não são campos dados ou prontos à espera de descrição, mas são performados coletivamente pelos atores que compõem as redes, que são sempre situadas e estão sempre se reconfigurando, isto é, não existe uma realidade fixa e única.

Conforme aponta Moraes (2013) sobre as pesquisas de Mol, a autora convoca à investigação das práticas cotidianas, pois é nestas práticas que as performances que compõem os objetos são fabricadas. Ou seja, a realidade não está dada de antemão, mas é feita pelas práticas. E, sendo assim, investigar não é representar uma realidade, mas sim engajar-se no seu performar. No mesmo sentido Latour aponta pistas de um caminho metodológico, no qual aponta que para compreender o que se produz em uma rede é necessário “seguir os atores” (LATOURE, 2005, p.12).

Sendo assim, a pesquisa busca acompanhar um grupo agroecológico situado no município de Canguçu e colocá-lo em análise buscando rastrear se existem associações que produzem modos diferentes dos que se produzem nas práticas agrícolas convencionais, especialmente as associações que sustentam gênero.

Mol sugere a realização de contraste das práticas em diferentes contextos, como uma ferramenta para acompanhar as múltiplas performances. Aqui busco contrastar as práticas no grupo de agroecologia com as práticas na agricultura familiar convencional. Tal contraste se dará a partir das informações que constam nos trabalhos e pesquisas sobre agricultura familiar convencional, das minhas

experiências com práticas nesse contexto e dos contrastes realizados pelos próprios atores humanos do grupo acompanhado, que por diversas vezes falam sobre as práticas que realizavam no passado e até mesmo daqueles que ainda realizam práticas convencionais em algumas áreas da propriedade.

A relação de contraste busca inspiração na proposição de Stengers (2010) acerca de uma ecologia das práticas. A autora pontua que a ecologia refere-se ao modo de compreender a interdependência dos seres vivos. Realizando uma analogia, podemos atentar para a interdependência dos elementos nas redes, buscando um olhar relacional para a agricultura convencional e agroecológica. Ao mesmo tempo, a autora também reconhece que nem todas as “situações ecológicas” são desejadas, pois em cada relação é preciso considerar os valores, significados e avaliações. Esses significados, valores e avaliações produzem novas associações, que por sua vez também podem ser consideradas em termos de valores, significados e avaliações. Para ela a cada novo ator é necessário considerar suas “consequências ambientais”. Nesse sentido, compreendendo que estes dois modos de fazer agricultura mobilizam atores e articulam práticas de modos diferentes, o trabalho busca questionar os dois tipos de produção, suas relações e consequências. Avaliação que não se pretende universal, mas que se reconhece de modo situado.

Parto das questões: Através de quais associações, práticas e materialidades se produzem distinções, exclusividades e compartilhamentos entre homens e mulheres nestas duas formas de fazer agricultura? Como as estabilizações relacionadas a gênero se desestabilizam no performar da agroecologia produzindo outras performances? O que a agroecologia, em sua composição de diversos atores situados, faz fazer?

Quando me refiro a estabilizações quero dizer aquilo que é compreendido como a realidade sobre gênero. Nesse caso, as distribuições de trabalho entre homens e mulheres pautados pela capacidade, seja física ou intelectual, atribuída a cada gênero é um exemplo de estabilização, citada pelos estudos nesse campo e também presente em minhas experiências. O próprio gênero é uma estabilização de características e diferenciações que faz o que compreendemos como uma realidade. Contudo, o que se encontra estabilizado não é compreendido como verdade, mas sim fruto de práticas, negociações e tensionamentos dinâmicos, sempre em vias de reconfiguração.

A partir das leituras de Latour e Mol, investigar uma rede implica em rastrear as ações, movimentos e modos de fazer que nela se constituem. Os movimentos são sempre imprevisíveis e se desenham a cada nova associação e ação dos atores. Uma rede é sempre muito bem situada, promovendo análises e problematizações que lhes são singulares e não generalizáveis em relação a outros grupos de agroecologia. No entanto, a discussão promovida através de uma rede situada não se restringe ao seu local. Como propõe Mol (2008), estudos de caso oferecem pontos de contraste, comparação e referência para outras situações, trazem questões e aumentam a sensibilidade acerca da temática discutida.

Partindo das pistas de Mol (1999, 2002, 2008) em suas pesquisas sobre anemia, arteriosclerose e diabetes, que são marcadas por descrições sobre as práticas que performam estas doenças, os atores e conexões envolvidos em sua fabricação, a pesquisa se aproxima das práticas, discussões e conhecimentos que surgem e se fazem no grupo de agroecologia acompanhado, pois para a autora é nas práticas que se produzem os objetos, através de redes heterogêneas que performam realidades sobre eles. Nas pesquisas citadas a pesquisadora se inseriu nas práticas hospitalares perseguindo os diversos cenários onde as doenças eram performadas, nos laboratórios, no contato do médico com o paciente, no centro cirúrgico, nos documentos, nos diversos setores envolvidos. Em sua pesquisa sobre anemia (1999), Mol argumenta que não existe uma doença que possamos chamar de anemia, mas sim diferentes modos de performá-la, através de conexões particulares e redes distintas. A partir dessa compreensão não existem objetos fixos e verdadeiros, mas sim múltiplos, e como argumenta a autora

Se práticas ganham o primeiro plano não há mais um simples objeto passivo no meio, aguardando ser visto do ponto de vista de séries, aparentemente sem fim, Ao invés disto, objetos aparecem - e desaparecem nas práticas em que são manipulados; e como o objeto de manipulação tende a diferenciar-se entre uma prática e outra, a realidade multiplica. O corpo, o paciente, a doença, o doutor, os técnicos, a tecnologia: todos estes são mais de um, mais do que singulares. Isto levanta a questão de como eles estão relacionados, pois, mesmo se os objetos diferem entre uma prática e outra, há relações entre estas práticas. Logo, longe de necessariamente cair em fragmentos, objetos múltiplos tendem a ser, de alguma forma, coerentes entre si. Ficar atento à multiplicidade da realidade abre a possibilidade de estudar esta realização notável (Mol, 2002, p. 5, tradução Marcia Moraes).

Nessa direção, as práticas dos grupos de agroecologia produzem performances de ruralidades, de agroecologia e também de gênero, performances que compõem estes objetos enquanto múltiplos. O campo investigativo se desenha em acompanhar essas performances através da observação participante das reuniões e mutirões de um grupo agroecológico, descrevendo as práticas que envolvem estas atividades, perseguindo as conexões que performam gênero nesse grupo, com atenção aos atores humanos e não humanos – ferramentas, adubos, documentos, e etc. - e para o que fazem fazer no performar de gênero. Para tal será utilizado um diário de campo para registro das observações e impressões no decorrer da experiência.

A observação participante aqui pretendida se insere nas pistas metodológicas da pesquisa-intervenção (PASSOS & BARROS, 2015). Na pesquisa-intervenção toda pesquisa é intervenção, conhecer e fazer são inseparáveis, e objetos, sujeitos e conhecimentos são coemergentes ao pesquisar. O pesquisar é compreendido como performance, como feito na experiência, e o pesquisador não se pretende neutro, mas sim implicado na produção da realidade. Neste modo de pesquisar propõe-se a ferramenta de análise de implicação do pesquisador, que consiste em analisar o lugar que se ocupa e de que modo este lugar produz realidades (PAULON, 2005). Esta análise deve acompanhar todo o percurso de pesquisa, pois enquanto ator que não se pretende neutro, o pesquisador produz conexões e ações, mobiliza seu campo e seus objetos. Assim, analisar a posição na rede que se compõe ao pesquisar e o que ela faz-fazer pode ser compreendida como postura ético-investigativa que sinaliza que pesquisador e campo não estão separados, mas em processo de composição e emergência juntos.

A partir da compreensão de que do ponto em que nos situamos produzimos sentidos e mundos, ao mesmo tempo em que por esses sentidos e mundos somos produzidos, e de onde nos situamos podemos produzir deslocamentos, encontros e experiências que não se fecham em si mesmas, no exercício de análise de implicação, pontuo as problematizações que acompanharam o processo de construção desta pesquisa. A proximidade com o campo permite a colocação de questões através de minhas experiências, e a partir deste olhar situado e contingente, transversalizar afecções e problemáticas. Contudo, a colocação das questões foi acompanhada por problematizações constantes acerca das potencialidades destas, da abertura para o encontro com outras experiências e

construção de um plano de investigação sem ideias preconcebidas e estáticas, ou ao menos, aberta a deixar as formas prontas.

O diário de campo, ator que acompanhou o processo de pesquisa, é compreendido enquanto estratégia de registro de experiências, mas não só. É também experiência. O ato de registrar e descrever é performático e não está separado da análise. Isto é, as descrições das práticas são tomadas como analíticas, pois nelas emergem coordenações, sobreposições e choques entre as múltiplas performances dos objetos e fazem questões para discussão e nos levam a contar como as relações são construídas. Trata-se de apostar no que muitas vezes fica fora da pesquisa, como uma espécie de “sujeira”. Em se desprender da necessidade de teorizações, mergulhar na prática e na sua potencial capacidade de falar sobre a realidade em sua dimensão situada e múltipla. Como sugere Latour (2012) há que esforçar-se para acompanhar a associação dos atores, deixando de lado noções totalizantes de análise.

Acompanhando a rede, atenta à experiência compartilhada no momento em que ela mesma ocorre, onde coemergem sujeitos e mundos (TEDESCO, 2013), a pesquisa também atentou para os diálogos e oportunidades de conversa com os atores humanos da rede. Estas conversas foram individuais e coletivas, nas reuniões, mutirões, intervalos e caronas para deslocamento até as propriedades rurais. Nessas oportunidades busquei dialogar sobre a experiência no processo de transição agroecológica e mais especificamente os possíveis impactos no cotidiano familiar.

O registro das atividades e das conversas será utilizado no decorrer do texto, em alguns momentos com trechos do diário de campo transcritos e em outros momentos pontuados indiretamente. Os trechos transcritos aparecem no texto como referências indiretas, com recuo à esquerda. Seu aparecimento não obedece a uma linearidade temporal dos acontecimentos, mas sim ao encadeamento da discussão.

Quanto aos procedimentos éticos da pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aprovado sob o número 99715118.3.0000.5334. O contato com o grupo foi promovido por uma técnica da EMATER de Canguçu, o que possibilitou a apresentação da proposta de pesquisa aos integrantes, que cientes dos procedimentos envolvidos aceitaram participar da pesquisa. Os integrantes do grupo

e também os técnicos envolvidos assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, que consta em anexo.

3 Capítulo I – Ruralidades e Agroecologia: a constituição de um campo múltiplo

Ruralidades, no plural, busca problematizar os modelos explicativos e de entendimento relativo ao contexto compreendido como rural, enquanto homogêneo e atrasado, a partir de uma diferenciação do que se entende como urbano. Para isso, trago algumas discussões de como se estabeleceu estas explicações e significações sobre o rural, a partir de um olhar para a história da constituição das ruralidades e urbanidades. Neste capítulo também situo a agroecologia no processo histórico das ruralidades.

Partindo do século XVIII, momento histórico de grandes transformações nos modos de produção e na relação campo-cidade, no contexto europeu ocorreu a expansão da racionalidade tecno-científica propiciada pela revolução industrial, marcada pela concentração dos recursos tecnológicos em certos espaços, que deveriam comportar a eficácia e operacionalidade necessárias à industrialização da sociedade (FROELICH & MONTEIRO, 2002). A ideia de modernização, de acordo com Froelich e Monteiro (2002), correspondeu a urbanização, tornando a cidade o espaço que comporta o desenvolvimento e os processos civilizatórios e o campo, ao contrário, passou a ser o local do atraso, ou ainda, o local que serve de complemento a cidade, abastecendo-a com matéria prima e como possibilidade de intervalo ao ritmo acelerado do urbano.

Este cenário produziu significações sobre o campo, mas também sobre aqueles que o habitam, como relata Bordieu (2006) sobre a etnografia espontânea que moradores de uma cidade do interior da França fazem dos camponeses em um baile de Natal. Ao camponês é referido um conjunto de características que compõem um “jeito camponês”: lentos, com peso no andar, desajeitados, pouco sociáveis e grosseiros (2006). Apesar de se tratar de um estereótipo, o autor pontua as significações sociais que o acompanham e que produzem efeitos sobre o camponês, que tende a introjetar a imagem rústica de si próprio. Percebe-se então que o camponês, a partir de sua relação com o campo, passa também a ser considerado como atrasado e arcaico.

Considerado arcaico, o contexto rural que comportava práticas agrícolas em pequenas porções de terra, foi colocado como algo a ser ultrapassado pelo modelo progressista do capitalismo. De acordo com Hardt e Negri (2014), nos Estados

Unidos no início do século XX decretou-se que a produção em pequenas propriedades era inviável, o que provocou a migração em massa da população rural para áreas urbanas, e suas porções de terra foram anexadas a grandes fazendas e corporações de agroindústria que se utilizavam de mecanismos tecnológicos de produção. Na Europa as pequenas propriedades agrícolas também foram encaixadas nas relações nacionais e globais desenvolvimentistas (HARDT & NEGRI, 2014). A tendência desenvolvimentista de ultrapassar as práticas rurais da época também se deu em contexto socialista, quando Stalin lançou o programa de coletivização como estratégia de aumento da produção agrícola, pautado na utilização de maquinários e tecnologias nas lavouras (HARDT & NEGRI, 2014).

Nos países capitalistas subordinados, Hardt & Negri (2014) pontuam que as relações são mais complexas. De acordo com os autores, antes da invasão colonial, a organização dos territórios, em sua maioria, era de caráter coletivo. Tal organização foi destruída e instituiu-se a propriedade privada, integrando a produção agrícola em grandes mercados globais.

No caso do Brasil, para pensarmos a constituição dos espaços, é necessário olharmos para nossa história agrária, que remonta as Sesmarias. As Sesmarias dizem respeito a concessão de áreas de terra pela Coroa Portuguesa aos seus aliados, regime que perdurou até 1824. Em 1850 foi criada a Lei das Terras, onde o governo passa a vender as terras devolvidas após o fim de regime de sesmarias (SILVA, 2004).

Cada região do país viveu este período histórico com suas particularidades. A região sul do Rio Grande do Sul vivenciou a época das sesmarias com seu território coberto com gado, que abastecia as charqueadas localizadas em Pelotas. Canguçu além de produtor de gado, era o caminho de tropas de gado que vinham de outros municípios para Pelotas, passando a produzir alimentos para a população envolvida na atividade (BENTO, 2007). Após o fim das Sesmarias e criação da Lei das Terras, a região recebeu os imigrantes Pomeranos (oriundos da Pomerânia, região onde atualmente localiza-se a Alemanha e a Polônia), que em 1858 fundaram uma colônia em São Lourenço do Sul, mediada pelo empresário Jacob Rheingantz e subsidiado pelo governo brasileiro (PINHEIRO, 2010). Esses imigrantes desenvolveram suas práticas através da organização familiar, fundando a agricultura familiar presente na região.

Deste modo, percebemos que a história agrária brasileira, além de estar fundada na invasão e massacre do povo indígena, é latifundiária desde sua organização colonial inicial, pois se baseia na concessão de grandes áreas a poucos. O que desponta uma série de problemáticas, principalmente nas relações de trabalho que passam a ser estabelecidas no contexto rural brasileiro. Silva (2004) descreve que com a Lei das Terras, poucos tiveram acesso a porções de terra, colocando os demais trabalhadores agrícolas em regime de mão de obra para os proprietários, na maioria das vezes em situações precárias e de servidão. Tal situação deu origem a diversos conflitos por terra, sendo os mais conhecidos os de Canudos (1896-1896) e do Contestado (1912-1916).

Silva (2004) aponta que o contexto rural brasileiro era visto como atrasado, arcaico, e disparador de problemas, por isso a partir da década de 1950 houve um grande debate sobre a modernização da agricultura brasileira, seguindo os modelos capitalistas de primeiro mundo. Com o golpe militar em 1964 o projeto de modernização passou a ser implementado, através de grande influência dos Estados Unidos mediante a Aliança para o progresso, que visava aumentar o poder econômico através da venda de produtos por eles industrializados, como implementos agrícolas e agroquímicos (Silva, 2004).

A partir deste processo de modernização foi criado o Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 1964), o qual objetivava a modernização do campo e o aumento da produtividade. De acordo com Silva (2004) foi a partir de então que a paisagem rural brasileira mudou drasticamente, passando a comportar máquinas e insumos que substituíram os atores que existiam nesse espaço anteriormente. A autora também pontua que o campo, aos moldes da urbanização, passou a ter um funcionamento industrial, com a presença de grandes empresas nacionais e multinacionais.

Hardt e Negri (2014) discutem que os vários agentes envolvidos no processo de modernização e mudança das práticas nos contextos rurais, dentre os quais: governos, empresas e bancos, possuem como ideologia comum a modernização capitalista e a integração econômica global. Dentro dessa ideologia, a agricultura em pequenas propriedades é economicamente ineficiente, não só pelas limitações tecnológicas, mas também pelas relações de trocas que nelas acontecem (HARDT & NEGRI, 2014).

Com essas análises, bem como em outras produções (CALEGARE, 2015; FERRÃO, 2000; CARNEIRO, 2008), é possível perceber que historicamente a

relação entre rural e urbano é de oposição. O modo urbano passou a ser um ideal a ser atingido através da modernização dos espaços rurais, tornando-os homogeneamente produtivos, mesmo que a custo do apagamento de formas de produção, organização e saberes. Como já problematizamos anteriormente em outro trabalho, a hierarquização presente na relação urbanidade-ruralidade pode ser entendida como parte do movimento desenvolvimentista capitalista, que cria dicotomias que subsidiam a lógica colonizadora do saber, poder e ser. A ideia, nesse sentido, é a de que existem seres, povos e saberes superiores, que são modelos identitários que dominam os demais, lançando mão de acordo com suas necessidades para acumulação de capital (WILLE & KREUTZ, 2019).

Quanto a isso é importante destacar que, a construção histórica do rural como atrasado, servil e subordinado, reverbera em graus variados nos modos de subjetivação contemporâneos, podendo ser relacionadas a um certo desinteresse e apagamento do rural em diversos âmbitos. Dentre eles os modos de olhar o rural que constroem as práticas extensionistas, as pesquisas e o cotidiano de sujeitos que se relacionam direta ou indiretamente com questões rurais, a escassez de pesquisas, de investimentos e políticas públicas, direitos trabalhistas em condição de instabilidade e pouca atenção à questões etno-raciais, de gênero e sexualidade neste contexto.

Contudo, o projeto de modernização não apagou completamente os modos de organização que já existiam anteriormente, tanto pelo modelo ainda estar em implantação em suas diversas facetas e reinvenções, como pela criação de modos de subsistência daqueles que a recusam. Exemplo disso são as pequenas propriedades que ainda continuam existindo no município de Canguçu, apesar da crescente ação do projeto no município. Também são exemplo, as iniciativas que produzem outras propostas econômicas e afirmam modos de fazer agricultura diferentes do padrão moderno.

Nesse contexto insere-se a agroecologia, que tem crescido no Brasil nas últimas décadas como movimento de resistência e alternativa ao processo de modernização da agricultura. Modernização que demarca o deslocamento do olhar para o rural, de mero complemento do urbano para um espaço produtivo e gerador de capital. Como viemos discutindo, o processo de modernização, que também é chamado “revolução verde”, consistiu em um movimento após o final da segunda guerra mundial, de utilização das diversas tecnologias desenvolvidas neste período,

especialmente na área química, para aumentar a produtividade agrícola. Este movimento e sua proposta produtivista tinham como argumento a necessidade de produção de alimentos para acabar com a fome dos países em desenvolvimento (GLIESSMAN, 2008).

O modelo foi implementado inicialmente no continente Europeu e nos Estados Unidos, se difundindo posteriormente por todo o mundo e tornando-se um paradigma produtivo. Suas principais características são o uso de sementes geneticamente modificadas (transgênicas), insumos industriais (adubos e agrotóxicos) e a mecanização do trabalho agrícola. Porém, sua implementação, além de não suprir as necessidades dos países em desenvolvimento, repercutiu consequências socioambientais preocupantes, alterando os funcionamentos próprios de comunidades camponesas, devastando ecossistemas com a implementação de monocultivos em grande escala, poluindo solo, água e causando diversos problemas de saúde ligados ao uso de agroquímicos (ANDRADES & GANINI, 2007).

Nesse sentido, a agroecologia além de um conjunto de práticas e reflexões, vem sendo constituída enquanto movimento social que parte de uma perspectiva integradora de conhecimentos de diversas ciências e experiências de povos originários e camponeses na busca de práticas sustentáveis, economicamente eficientes e socialmente justas (FARIA, 2014). Partindo de um posicionamento crítico ao modelo produtivista do agronegócio, tem enfoque ecológico que visa o manejo e planejamento de agroecossistemas sustentáveis.

Aqui a agroecologia não é vista como um modelo a ser implantado, mas que se constitui e se produz junto aos saberes locais e pode ser entendida como um projeto social que visa contribuir com questões relativas a emprego, migrações e soberania alimentar. De acordo com Gliessman (2008), as práticas agroecológicas buscam maior autonomia local através de uma baixa dependência de insumos comerciais, do uso de recursos renováveis localmente acessíveis, da aceitação das condições locais sem tentativa de controle sobre o meio ambiente, produção com foco para consumo interno antes de exportação, e manutenção da biodiversidade.

Assis & Romeiro (2002) pontuam que a agroecologia não se limita a propor práticas agrícolas que recusam transgênicos, adubos sintéticos e agrotóxicos. É mais ampla, propondo um outro posicionamento ético-político na relação com os recursos naturais, com os demais sujeitos e com seu entorno de modo abrangente. Por isso, os autores fazem a distinção das práticas agroecológicas da utilização de

técnicas alternativas em agricultura. Problematizam que a utilização de técnicas que diferem da agricultura convencional têm se tornado estratégia de expansão de mercado, tanto para se adequar a regras que limitam o uso de certos insumos, como para atingir um grupo de consumidores em expansão. Exemplo disso é a agricultura orgânica, que produz alimentos sem o uso de agroquímicos, mas que, no entanto, não necessariamente tem base ecológica, pois não se aproxima da proposta em sua amplitude sistêmica.

Nesse sentido, quanto à amplitude sistêmica, a proposta agroecológica busca romper com separações entre fatores humanos e fatores ambientais na agricultura, trazendo para suas discussões a criação e transformação de técnicas de modo mais favoráveis à sustentabilidade dos recursos naturais, mas também à criação e transformação de práticas para estabelecimento de relações mais justas e menos exploratórias entre humanos. Exemplo disso é o processo de certificação agroecológico interno que se encontra em processo de elaboração na Associação Bem da Terra, o qual pude acompanhar brevemente enquanto realizava a pesquisa. Foram elencados fatores a serem observados no acompanhamento dos grupos produtores, entre eles: a educação (atenção ao incentivo de que crianças e jovens estudem), relações de trabalho (a como se estabelecem as relações de trabalho no núcleo familiar e com demais colaboradores) e relações de gênero (a como se estabelecem as relações na família, situações de violência e subordinação).

Compreendendo as especificidades e diferenciações entre as práticas que se fazem, não parto do entendimento de que existe uma agroecologia pura, mas sim que os modos de fazê-la são diversos e ainda que, mesmo que sua proposta seja de resistência a uma lógica de mercado e que procure criar outros tipos de relação, seus modos de fazer estão implicados nessa lógica, que também “faz-fazer” nas redes.

O que desejo destacar nessa discussão é o processo histórico de constituição das ruralidades, que é marcado por um movimento homogeneizante e colonizador do projeto de desenvolvimento mundial. Simultaneamente, destacar as diversas mudanças que se deram nos espaços considerados rurais no decorrer da história, e a crescente inserção de outras práticas no campo, como o turismo e o comércio. Se antes urbanidades e ruralidades eram bem demarcadas pelas práticas que cada espaço comportava, atualmente se torna cada vez mais difícil delimitar o que é urbano e o que é rural, pois as cidades não podem mais ser identificadas apenas

pela atividade industrial e nem o campo pela agricultura e pecuária. Também nas práticas agrícolas percebe-se multiplicidade, comportando pequenos e grandes produtores, produção voltada para subsistência e exportação, e práticas e princípios diversos. Nesse sentido, sigo o movimento sugerido por Gomes, Nogueira e Toneli (2017) e Medeiros (2017) e trato este campo enquanto ruralidades, buscando evidenciar seu caráter processual e múltiplo.

Neste trabalho não me detenho em buscar respostas ou delimitações sobre o que é urbano ou rural, mas sim reconhecer a complexidade destes espaços que se encontram em constante transformação e também que existem limiaridades⁶ onde se produzem jeitos de viver diversos. Deste modo, a discussão se volta às experiências produzidas a partir destas transformações, os modos de vida e subjetivação e, especialmente, as múltiplas performances rurais.

⁶ Referem-se a zonas fronteiriças, onde não se é nem uma coisa, nem outra já definida. Essa ideia se inspira em Kreutz (2016), que entende esse lugar fronteiriço como potente para criação.

4 CAPÍTULO II – As questões de gênero em ruralidades: passos para uma análise situada

No decorrer de minha trajetória me sensibiliza pensar questões relativas às mulheres que vivem no campo. Pensar gênero neste trabalho passa pelos afetos de um corpo mulher do campo e psicóloga, que busca construir e, necessariamente, desconstruir ideias sobre as questões de gênero, mulheres e feminismo, para pensar experiências situadas através da política investigativa que aqui me proponho.

Pensar ruralidades e questões de gênero de modo situado é um desafio a que me propus enquanto pesquisadora que, mesmo vinda do contexto rural, possui formação a partir de discussões voltadas ao urbano. Também por me sentir instigada frente à história de tentativa de homogeneização de experiências de vida das comunidades rurais, e frente às questões que se colocam no contexto das ruralidades e parecem não ser respondidas ou pensadas pelas teorias mais difundidas das ciências e do próprio feminismo.

Busco neste capítulo, construir um panorama teórico das questões de gênero no contexto das ruralidades, explorar como essa questão é compreendida pelos movimentos que pautam questões ambientais, especialmente os agroecológicos, e construir algumas reflexões e perguntas a partir do diálogo com teóricas e teóricos pós-coloniais/descoloniais que buscam trazer um olhar para gênero de modo situado e propõem críticas às concepções universalistas e a redução das experiências a modelos teóricos padronizados.

A aproximação entre a discussão sobre ruralidades e as teorias que problematizam a colonialidade faz sentido ao passo que ambos dizem respeito à afirmação de experiências comumente entendidas como desencaixadas do projeto moderno ocidental. E mais do que isso, de problematizações que partem do local, buscando desnaturalizar padrões ou ideais no qual suas experiências não cabem.

Como discutimos no capítulo I, sobre ruralidades, a instalação do projeto desenvolvimentista capitalista operou mundialmente buscando modernizar os espaços rurais, pautado em uma ideia de progresso. Todos os espaços, urbanos ou rurais, deveriam fazer parte do projeto econômico proposto, com alta produtividade e rendimento através do uso de maquinários, tecnologias químicas e mão de obra barata.

Hardt e Negri (2014) discutem que esse projeto visa criar um plano econômico globalizado, onde os trabalhadores se tornam dependentes, integrando a rede de consumo global através da necessidade de insumos para a produção agrícola e para a manutenção da vida de modo geral. As experiências camponesas que não estão dentro deste paradigma não são consideradas viáveis, pois possuem mecanismos próprios de sustentação. O que se objetiva é a lógica fabril, onde todos se tornam operários. Ou seja, não interessa a este modelo comportar lógicas que não trabalhem para seu crescimento, como é o caso dos camponeses e comunidades que, em alguma medida, produzem seu próprio alimento e se organizavam a partir de trocas.

Restrepo e Rojas (2010), problematizam que a operação de modernização age de forma colonizadora, pois tenta expandir o modelo eurocêntrico e norte americano, entendido como moderno e desenvolvido, para o restante do mundo de diversas formas: inferiorizando seres humanos (colonialidade do ser), dominando o mundo natural (colonialidade da natureza), hierarquizando gênero (colonialidade de gênero), seres e lugares para melhor explorá-los.

Nesse sentido, as bases epistêmicas deste projeto se basearam em algumas separações dicotomizantes, o que nos remete a outro ponto que discutimos antes, a separação entre natureza e cultura: a natureza considerada objetiva e irracional, a cultura considerada subjetiva e racional. Nesse caso, aquilo que remete à natureza é compreendido como pouco racional, pouco desenvolvido e a ser ultrapassado ou utilizado de maneira a se tornar "moderno". Quanto a isso, Latour (1994) discute que a ideia de modernidade "assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos (p. 15)". Isto é, supõe uma ideia de progresso onde o que existia antes torna-se obsoleto e desconectado daquilo que surge, apagando as condições de possibilidade que as fizeram existir, uma ruptura "revolucionária".

A relação com a natureza foi tida como base para a inferiorização e exploração de povos. Como exemplo, podemos pensar nos indígenas e nos negros que foram compreendidos como animais não-humanos (LUGONES, 2014) para que pudessem ser escravizados e, também os camponeses tidos como inferiores por se relacionarem diretamente com a natureza. Além disso, os elementos naturais foram e são amplamente explorados nesse modelo. Os animais não humanos reificados e

compreendidos a serviço dos humanos, tornando-se produto e sendo “produzidos” em larga escala pela indústria da carne, por exemplo.

Percorrendo esse caminho, busco evidenciar a operação que produz o olhar para o rural como atrasado, irracional e distanciado da política. Sendo assim, podemos perceber que não é por acaso a tardia intersecção de discussões sobre gênero e outros marcadores da diferença. No modelo desenvolvimentista moderno, a política, a diferença e as controvérsias são características dos espaços urbanos. Além disso, há que se atentar para o que Paulilo (2016) aponta, que o próprio feminismo é historicamente urbano e inserido dentro de uma lógica moderna, reproduzindo concepções coloniais e progressistas.

Segato (2012) discute que o feminismo oriundo do eixo europeu - norte americano afirma que o problema da dominação de gênero é universal, não atentando para as diferenças de experiências das mulheres ao redor do mundo. Experiências estas, que foram sendo pautadas nas últimas décadas pelas mulheres negras, indígenas e latino-americanas, trazendo para a discussão feminista uma amplitude de histórias, práticas e formas de compreender o mundo e o feminismo. A proposta das feministas descoloniais (LUGONES, 2008; ESPINOSA - MINOSO, 2014) é de que a categoria gênero, por si só, não possibilita visibilizar as opressões sofridas pelas mulheres, e por isso precisa ser considerada em entrelaçamento com outras categorias de análise, como raça, classe, orientação sexual, localização geográfica e etc.

Nesse caminho, percebemos a necessidade de discutirmos gênero desde sua intersecção com os fatores geopolíticos, compreendendo que o local onde se vive produz experiências específicas. Por isso nos aproximamos das discussões sobre gênero produzidas por pesquisas junto a mulheres camponesas e a movimentos de mulheres camponesas. Nesse sentido, sobre as questões de gênero em contextos rurais, Paulilo (2016) aponta que a sociologia rural historicamente privilegiou a ideia de “família rural” como um todo, não dando atenção a questões de gênero. Por isso, e também pela ligação com a Igreja Católica, os movimentos de mulheres camponesas centraram-se em pautas de classe. Outras questões, como papéis, divisões e direitos no âmbito familiar, foram e ainda são pouco discutidas. No Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o qual a autora acompanha, a palavra feminismo foi oficialmente pautada no ano de 2010, apontando para o difícil cruzamento da discussão com as questões rurais.

Observamos que nas últimas duas décadas houve um crescimento significativo de pesquisas e trabalhos que discutem gênero no contexto rural. Destacam-se os trabalhos nas ciências sociais de Brumer (2002, 2004) e Paulilo (2004, 2009) que caracterizam e discutem o panorama social, histórico e político, e de gênero a partir da intersecção com o marcador classe. Na Psicologia, encontramos os trabalhos de Maria Lago (1996), Rosineide Cordeiro (2004), Giovana Salvaro (2012) e Rita de Cássia Maciazeki Gomes (2017) que traçam discussões sobre subjetividade, identidade e diferença. Os trabalhos sobre o tema são, em grande maioria, realizados a partir de experiências em movimentos de mulheres organizadas (de modo geral Movimento de Mulheres Camponesas e Movimento de Mulheres Agricultoras) e no Movimento Sem Terra. Possivelmente, por essa razão, percebemos uma certa localização destes estudos em universidades que estão próximas geograficamente desses movimentos, como é o caso de Santa Catarina. Estas produções, com suas singularidades e especificidades próprias de cada localização, fornecem um território para produzir discussões e questões neste trabalho.

Os referenciais que trago para discussão, em sua maioria, tratam de processos rurais ligados à agricultura familiar. Parto destes estudos pela proximidade com os processos que são discutidos nesta pesquisa, fornecendo pistas para a construção de problematizações acerca de gênero em ruralidades ligadas à prática agrícola de base familiar. A agricultura familiar é uma forma de organização produtiva de grande importância no Brasil, e de grande relevância na produção de alimentos mundial. Sua principal característica é o funcionamento em torno de laços familiares, organizado em pequenas áreas de terra.

Acompanhando o movimento feminista, as questões relativas a gênero no contexto rural tornaram-se pauta nas décadas de 70 e 80, voltadas para a reivindicação de direitos trabalhistas às mulheres. A partir de mobilizações e longo processo de lutas, do qual movimentos organizados de mulheres camponesas insurgiram, em 1988 as mulheres rurais passaram a ser reconhecidas como trabalhadoras rurais pela constituição federal, tendo direito à sindicalização e direitos sociais e previdenciários (CORDEIRO, 2006). Inicialmente os movimentos mobilizaram-se em torno da produção de documentação das mulheres rurais, que tinham seu reconhecimento somente através da documentação dos pais e maridos, para que pudessem acessar os direitos que vinham sendo conquistados. Este

processo fundamenta, de acordo com Salvaro, Lago e Wolf (2014), a constituição de uma identidade política de “mulheres agricultoras”. Mais tarde o termo agricultoras foi substituído por camponesas, a fim de unificar movimentos de mulheres que vivem no campo, incluindo as que não se denominam agricultoras (pescadoras, trabalhadoras na terra de terceiros, catadoras de castanha e etc.) e também movimentos mistos que possuem pautas comuns.

Os trabalhos de Paulilo & Silva (2007) e Cordeiro (2006), apontam que o envolvimento das mulheres em movimentos que pautavam seus direitos possibilitou problematizações acerca do lugar ocupado historicamente pelas mulheres, a pouca participação na gestão econômica da propriedade, as diversas jornadas de trabalho, entre outras posições naturalizadas. No entanto, Paulilo (2009) pontua que por muito tempo os movimentos se mantiveram distantes de discussões que tensionam e desestabilizam a organização familiar, centrados em discussões acerca de direitos trabalhistas, por estarem atrelados desde sua fundação à Igreja Católica. Por isso a centralidade das pautas dos movimentos de mulheres camponesas, em sua maioria, está em questões relativas à classe.

A posição ocupada pela mulher rural, à qual remetem os estudos citados, opera, de acordo com Paulilo (2009), a partir de relações fortemente patriarcais que se estabelecem a partir da relação com a terra. De acordo com a autora, os filhos homens costumam herdar as terras, enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento - sendo consideradas filhas ou esposas de agricultor -, e, mesmo quando a terra pertence à mulher por herança, o marido é considerado o responsável. A centralidade no homem no que se refere à terra, comumente se desdobra em relações onde o homem administra a propriedade, a produção e seus ganhos.

O trabalho da mulher é muitas vezes considerado ajuda, mesmo quando desempenham o trabalho na lavoura, além das tarefas domésticas e de cuidado (PAULILO, 2009). Nesse sentido, cabe problematizar a ideia de trabalho produtivo e reprodutivo, que no contexto rural de práticas agrícolas familiares se dá de modos diferenciados de como ocorre no contexto urbano. O trabalho reprodutivo, tratado em grande parte das produções como trabalho doméstico e de cuidado, se mistura ao produtivo, considerado aquele que está ligado mais diretamente à produção financeira. Grande parte das mulheres camponesas desempenham múltiplas jornadas de trabalho, transitando por todos os espaços da propriedade, em tarefas

que lhes são exclusivas e em outras que compartilham com os homens. No entanto, geralmente o trabalho desempenhado pelas mulheres nas lavouras é considerado ajuda aos maridos, como até mesmo as mulheres referem (WILLE, 2017), apontando para o entendimento de que o trabalho da mulher é de segunda ordem.

Brumer (2004) relata que a divisão do trabalho é realizada de acordo com a exigência de força física, sendo destinadas aos homens as tarefas pesadas e às mulheres, as leves. Essa divisão é citada e problematizada desde os anos 80 por Paulilo (1987), que pontua que o caráter de leve ou pesado é relativo, sendo determinado menos pelas suas características e mais pela posição hierárquica ocupada na família. Em trabalho que discute especificamente essa questão, a autora traz falas de mulheres sobre as divisões realizadas na dinâmica de trabalho familiar e também na remuneração das mulheres que trabalham de empregadas em outras propriedades rurais, e aponta

“trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar (PAULILO, 1987, p.7).

Ou seja, é perceptível que a distribuição de tarefas reprodutivas e produtivas não é necessariamente o que atribui valor, mas sim por quem as tarefas, quais sejam, são desempenhadas. Como pontuam Bandeira e Costa (2018) “no campo ainda predomina um modo de pensar no qual as diferenças físicas e psicológicas entre homens e mulheres são reforçadas culturalmente e usadas como justificativa para a desigualdade de oportunidade e poder sobre o seu próprio destino”

No caso, a mulher pode deslocar-se do lugar historicamente ocupado, desempenhando tarefas que gerem ganhos diretamente, mas mesmo assim será pior remunerada, possivelmente não administrando os ganhos. E ainda, como aponta Brumer (2004), ao realizar algum trabalho fora da propriedade as mulheres

priorizam a utilização do dinheiro para fins coletivos, enquanto os homens priorizam seu próprio lazer.

A construção social que mantém a divisão sexual do trabalho, historicamente tem caráter hierárquico, subordinando a mulher ao homem e logo, por distribuição histórica de tarefas, o trabalho reprodutivo ao produtivo. Sobre isso, cabe aqui realizarmos um recorte racial acerca da divisão sexual do trabalho, pois como pontuam Silva, Arantes e Ferreira (2012), as mulheres negras desde que chegaram ao Brasil como escravas foram utilizadas para a realização de trabalho que se enquadra na esfera produtiva. Sendo assim, é necessário pontuar que a discussão que aqui tratamos refere-se ao contexto das mulheres brancas, e que isso aponta a importância de tratarmos gênero em seu caráter interseccional.

Ainda sobre a divisão do trabalho, no estudo de Machado (2014) realizado em assentamentos da reforma agrária de Canguçu, em que crianças desenharam os lotes de terra da família, é possível perceber a divisão do trabalho entre os gêneros. Nos desenhos, as mulheres aparecem ao redor da casa ou então ordenhando as vacas manualmente, enquanto os homens aparecem na lavoura ou dirigindo trator. A relação com implementos agrícolas e com os automóveis aparece como lugar ocupado pelos homens, o que remete à naturalização de que o homem está mais apto a lidar com as tecnologias, com as implicações públicas da propriedade rural, a tirar carteira de habilitação e representar a família no sindicato, banco e demais esferas públicas (BRUMER, 2004). Exemplo disso é como se encara os movimentos das mulheres que buscam ter autonomia e priorizam de alguma forma sua própria trajetória, como quando minha mãe decidiu dar continuidade em seus estudos e quando uma mulher camponesa de Canguçu tirou carteira de habilitação para transporte coletivo (relato de uma amiga), ambas sendo acusadas como irresponsáveis com a família e até mesmo adúlteras.

A divisão do trabalho, questão importante nos movimentos de mulheres, mostra-se uma questão complexa quando se discute ruralidades. A ideia de que existem tarefas que são naturalmente melhor realizadas pelas mulheres, afirmando a posição de geração e cuidado, é retomada por alguns movimentos de mulheres camponesas, conforme discute Salvaro (2010) em sua tese. No mesmo sentido, Paulilo (2016) problematiza que quando se discute questões de gênero no contexto rural é possível perceber alguns desencaixes com as discussões do feminismo de raiz europeia e norte-americana. O mais explícito desses desencaixes é a afirmação

de um papel da mulher por alguns movimentos de mulheres camponesas, ponto problematizado e que busca ser desconstruído pelos movimentos feministas supracitados.

Os movimentos de mulheres camponesas acompanharam as agendas feministas mundiais, buscando a inserção econômica e produtiva das mulheres, mas pautam questões de modos diferenciados. A busca por reconhecimento na agricultura, não somente em sua dimensão monetária, mas também pelo respeito à natureza, missão de alimentar os povos (PAULILO, 2004) e a afirmação da permanência das mulheres no trabalho de base familiar (THAYER, 2001), são algumas delas.

4.1 As questões de gênero nos movimentos que pautam questões ambientais

A discussão acerca de gênero e ruralidades não é homogênea, é importante destacar. Cada movimento e organização de mulheres se aproxima de correntes específicas, compondo uma série de controvérsias sobre esta intersecção. Aqui queremos olhar para as afirmações de alguns movimentos e para a crescente visibilidade de discussões e movimentos que pautam simultaneamente gênero e questões ambientais, trazendo questões sobre o papel feminino.

Entre estes movimentos, citamos como analisadores: o Ecofeminismo, os movimentos de mulheres camponesas, movimento de mulheres agricultoras, o movimento Economias de Francisco e a agroecologia. Movimentos que trazem pontos que gostaria de discutir, por terem, a partir da experiência junto de grupos de agroecologia, alguma ação nas redes das quais a pesquisa se aproxima. Também porque essas proposições podem trazer algumas questões para discussão e sensibilização no que se refere ao compartilhamento de práticas entre mulheres e homens.

O Ecofeminismo (MIES & SHIVA, 1993) constitui-se como um movimento global, que em sua base de pensamento aproxima a exploração da natureza pelos humanos da exploração das mulheres pelos homens, assentado sob uma lógica dicotômica entre natureza e cultura, onde os homens representam a cultura e as mulheres a natureza. Siliprandi (2000) resgata a história e as várias vertentes deste movimento, desde suas primeiras produções na década de 60, apontando que denunciam o caráter hierárquico da cultura para com o que é natural, porém que não

deixam de afirmar tal dicotomia, assinalando a proximidade da mulher com a natureza e defendendo-a como uma mediadora entre natureza e cultura. Nessa perspectiva, a mulher teria acesso diferenciado ao que é natural, cabendo deste modo, resgatar esta ligação que se encontra em declínio com o modo operante capitalista extrativista e homogeneizante.

A discussão no Movimento de Mulheres Agricultoras e Movimento de Mulheres Camponesas, conforme discute Salvaro (2010), também se pauta em um papel da mulher na família e na sociedade, a partir da interface entre a mulher e a terra e a proximidade da mulher com a natureza. Desde sua fundação salientam em seus lemas e cartilhas a posição em defesa da vida e da natureza, afirmando a importância do papel desempenhado pela mulher enquanto geradora e cuidadora. Salvaro (2010) também aponta que o papel da mulher que estes movimentos sustentam é o papel de gerar um outro tipo de agricultura e sociedade, e por isso se aproximam do movimento agroecológico. Essa aproximação concorda com Siliprandi (2007), quanto a incorporação das pautas ambientais aos movimentos sociais do campo.

No mesmo sentido, em 2019, o Papa Francisco, maior liderança da Igreja Católica, apresentou a proposta de um grande encontro mundial do que chamou “Economia de Francisco”, a ser realizado nos dias 26, 27 e 28 de março de 2020, e posteriormente adiado em função da pandemia mundial de Corona Vírus. Na carta⁷ em que apresenta suas ideias, o Papa fala sobre a necessidade de repensar o modelo econômico neoliberal, o uso dos recursos naturais e as desigualdades causadas pelo modelo centrado no lucro. Nessa carta, ele também chama os países e estados a se organizarem, realizando congressos regionalmente e enviando representantes para o congresso mundial na Itália. No Brasil, o chamado do Papa movimentou as articulações que pautam outros tipos de economia e movimentos sociais, que organizaram eventos e documentos acerca da temática. No evento brasileiro em preparação para o encontro Economia de Francisco, foi escrita uma

⁷ A carta pode ser encontrada neste endereço: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190501_giovani-imprenditori.html

carta⁸, onde também se intensifica a relação das pautas ambientais com a ideia de feminino, como vemos a seguir:

Nossa proposta de uma economia baseada no feminino, no cíclico, na acolhida, no cuidado e no afeto, pressupõe uma transição radical nos modos e nas formas de produção linear, masculinizada, que impôs uma visão de progresso baseada na extração (Carta de Clara e Francisco, 2019).

Neste trecho evidencia-se os atributos que constroem uma ideia de feminilidade, a serem resgatados ou fomentados, em oposição aos atributos da masculinidade dominante.

Além da mobilização nacional, a discussão e evento fomentado pelo Papa teve impacto na região sul e, mais especificamente, no grupo de famílias que acompanhei. No município de Pelotas, as incubadoras de empreendimentos solidários e a Associação Bem da Terra, junto de outros movimentos da região, organizaram um encontro preparatório para o encontro mundial, para o qual foram chamados os grupos de economia solidária, agroecológicos e movimentos sociais com pautas em comum, para discutir alternativas ao modelo econômico hegemônico e escolher representantes para o evento na Itália.

Quanto à agroecologia, no caminho dessa discussão, as mulheres também são tidas como protagonistas. De acordo com Siliprandi (2009), os movimentos de mulheres rurais, além de buscarem direitos e equidade de gênero, incorporam em suas pautas a luta pelo desenvolvimento mais sustentável e muitas vezes lideram movimentos e campanhas ligadas à sustentabilidade. Mesmo quando não se trata de mulheres envolvidas em movimentos, é possível perceber o protagonismo das mulheres no processo de construção de práticas ligadas à agroecologia, principalmente pela preocupação com a saúde da família e com o esgotamento dos recursos naturais com os quais elas lidam diariamente (SCHAFF, 2001; SILIPRANDI, 2009). De acordo com Salvaro (2010), são as mulheres que geralmente demonstram interesse na proposta agroecológica e acabam levando a proposta para a dinâmica familiar. Proposta que nem sempre é aceita, e quando é, passa por negociações e resistências, já que a mudança no modo de produzir questiona a atividade na qual os homens exercem maior gerência - o trabalho entendido como produtivo.

⁸ A carta do encontro brasileiro pode ser encontrada neste endereço: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594766-carta-de-clara-e-francisco-direto-do-brasil-para-o-encontro-mundial-em-assis>

A aproximação e maior aderência das mulheres com a proposta pode ser compreendida pelas pautas do movimento agroecológico enfatizarem a dimensão do cuidado, com o qual as mulheres costumam se relacionar mais diretamente. Nele também se discute o papel das mulheres na construção da sociedade através do projeto agroecológico. No entanto o modo como é colocada essa questão é um pouco diferente dos movimentos que citamos antes. O papel da mulher não remete exatamente a características femininas, mas sim ao trabalho que geralmente é desempenhado por mulheres:

As mulheres têm um papel fundamental para a sustentabilidade da vida no planeta, na manutenção e conservação dos territórios e na defesa dos bens comuns. Através dos seus conhecimentos e saberes desenvolvidos com as plantas medicinais, na guarda e defesa das sementes crioulas, no manejo das plantas nativas, nas práticas agroecológicas nos quintais, nos arredores da casa, ricas em diversidades de espécies na produção de hortaliças, frutíferas, forrageiras, plantas medicinais, criação de galinhas e pequenos animais elas têm contribuído para a saúde e para a soberania e segurança alimentar e nutricional de suas famílias e também para a produção do artesanato como expressão cultural e identitária (GT MULHERES DA ANA, 2018).

O que se percebe é um enfoque na valorização das atividades que são desenvolvidas por mulheres nas propriedades rurais e a compreensão de essas atividades possuem o potencial de transformar as práticas produtivas.

A relação das mulheres com a agroecologia promoveu a criação de espaços específicos para a discussão de gênero nas organizações. Na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) foi criado um grupo de trabalho sobre gênero em 2011, no VII congresso brasileiro de agroecologia. Sobre isso, no site da ABA⁹:

Nos últimos anos, a reflexão que trazemos para o campo agroecológico é a importância e a convergência entre o feminismo e a agroecologia. Compreendemos a agroecologia como um projeto de vida e não como um modelo de produção e, neste sentido a teoria crítica feminista fortalece a luta das mulheres enquanto sujeito político de direitos, que se materializa pelo direito à fala, à terra, à água, no acesso às políticas públicas e no processo de empoderamento das mulheres rurais.

⁹ O site da ABA e a discussão que pontuamos pode ser encontrada no endereço a seguir: <https://aba-agroecologia.org.br/grupos-de-trabalho/genero/>

A associação defende o lema “sem feminismo não há agroecologia”, pontuando que a agroecologia não deve se furtar dos conflitos e das discussões que envolvem os marcadores sociais da diferença, afirmando a agroecologia como uma ciência crítica.

Após traçarmos esse breve caminho sobre a intersecção das questões de gênero no contexto das ruralidades com as pautas ambientais, é possível perceber que existe a centralidade nas discussões dos movimentos sobre um papel da mulher e, em alguma medida, a afirmação de atributos femininos. Porém, não é unívoca e, em alguns casos, não é evidente a posição dos movimentos quanto a compreensão desse papel e atributos enquanto essência ou como aprendida e reiterada socialmente.

As principais críticas a estes movimentos afirmativos de um papel da mulher, se referem ao seu caráter muitas vezes essencialista, que em via dupla afirma o espaço de protagonismo da mulher, mas também o determina e o generaliza a partir da afirmativa de uma certa “feminilidade”, reforçando exatamente o que foi tido como base para opressão das mulheres. Nesse sentido se tangencia com produções feministas que procuram desnaturalizar a ideia de uma essência feminina e que partem de uma perspectiva de produção dos gêneros. Paulilo (2016) indica que a afirmação de uma feminilidade já fez parte de alguns pensamentos feministas, mas que atualmente é vista como superada ou a ser superada nos movimentos feministas hegemônicos. Contudo ela questiona essa ideia de superação, que aponta sempre para um ideal a se chegar, como se houvessem ideias mais evoluídas, reproduzindo uma lógica colonizadora no feminismo.

O cuidado e o afeto como atributos femininos aparecem comumente em nossa sociedade nos diversos contextos, geralmente servindo como base para a delegação de atividades e delimitação do que pode ou não uma mulher fazer. No caso desses movimentos, é possível encarar e discutir de duas formas, pelo menos, essas afirmações e atribuições: uma que pensa a feminilidade enquanto subjetivação, que operaria a busca por uma construção onde valoriza-se esse papel feminino, como uma subjetivação a ser afirmada, não só para as mulheres, mas também para os homens; e outra essencializada, onde as mulheres essencialmente possuem alguns atributos, e logo, existem tarefas que por elas seriam melhor desempenhadas.

Como vimos, no movimento agroecológico a discussão sobre o papel da mulher se volta ao trabalho, não atribuindo necessariamente características essenciais às mulheres. Contudo, é necessário considerarmos o caráter relacional dos movimentos que foram elencados, e os compreendermos em um caráter de coemergência. Por isso, as discussões e modos de compreensão sobre as pautas de gênero são em alguma medida compartilhadas, trazendo o que se entende como papel da mulher de forma mais essencial também para as performances agroecológicas.

O que podemos perceber na aproximação com os grupos, acompanhando como essas questões se apresentam nas práticas e nos discursos, é que as ideias se misturam, produzindo momentos de compreensão mais essencialistas e momentos de uma circulação das características entre mulheres e homens.

Utilizo aqui o cuidado, como um analisador de como a afirmação da feminilidade opera no contexto da agroecologia. Como já pontuei as mulheres costumam se identificar mais com a proposta agroecológica. Possivelmente pela dimensão de cuidado com a qual estão implicadas cotidianamente e historicamente, e que é pautada pela proposta. A dimensão de cuidado da proposta agroecológica se refere ao cuidado com a natureza, com as pessoas e com a família e, não raramente, é elencada pelas mulheres como motivação para a transição agroecológica. Em alguns momentos também falam sobre o que acreditam ser um diferencial no trabalho da mulher, dizendo que além de produzirem alimentos, produzem e levam amor para os consumidores (Diário de campo, 17/10/18), o que evidencia a crença de que algumas características são essenciais ou mais presentes nas mulheres.

A proposta adere mais às mulheres, mas a participação dos homens nas organizações agroecológicas também insere em seu cotidiano a dimensão do cuidado, como é possível perceber quando alguns falam do orgulho que sentem de entregar produtos limpos e que fazem bem para quem consome. Também quando falam da relação com os elementos da natureza, inserem o cuidado nos planejamentos, como no caso de um agricultor que observou que o uso do trator agredia muito o solo e por isso pensou em formas de cuidado, utilizando-se de um maquinário de menor porte (Diário de campo, 07/11/18).

Quando deslocamos do cuidado mais abrangente e olhamos o cuidado na esfera familiar, isto é, quando ele se refere às tarefas cotidianas de preparo das

refeições, limpeza da casa, lavagem de roupas, cuidados dos filhos ou idosos, entre outras tantas atividades, as mulheres são as encarregadas, na grande maioria das famílias que acompanhei na pesquisa. Mesmo em momentos mais coletivos, como nas reuniões e mutirões dos coletivos, as mulheres são encarregadas das tarefas supracitadas (Diário de campo, 17/10/18).

Não tenho a intenção de trazer respostas sobre a discussão, mas sim expor as controvérsias e a complexidade presente na afirmação de um papel feminino, mostrando brevemente como ele aparece na rede que acompanhei, já que trata-se de uma corrente de pensamento crescente e que pauta as questões de gênero de modo situado, pensando as experiências das mulheres camponesas.

Parto da ideia de coemergência entre sujeito e mundo, me aproximando da discussão sobre a subjetivação feminina, onde as características das mulheres podem ser pensadas como um aprendizado e circuláveis entre os pares. No mesmo sentido em que discute Monteiro (2020), o cuidado remetido às mulheres, e outras características, não pode ser compreendido separadamente da sociedade em que se relacionam, são situados, sendo modos de subjetivação do gênero, e não características essencializadas em uma condição inata de mulher. Penso que as ideias mais próximas de uma essencialidade da mulher podem reforçar e afirmar os papéis já estabilizados em nosso coletivo, sendo assim, arriscados.

No entanto, também concordo com Paulilo (2016), que sugere que para romper com ideias evolucionistas na discussão feminista, é preciso atentar para o feminismo que parte das práticas cotidianas, pois é em cada contexto, em cada complexidade de atores, que se pode construir estratégias feministas. Nesse caminho proposto pela autora, penso que seja importante questionar o que essas afirmações fazem fazer na prática, se elas fazem valorizar o trabalho das mulheres ou se fazem reforçar divisões injustas, mais do que julgar a partir dos pressupostos e ideais feministas hegemônicos. No caso do grupo acompanhado na pesquisa, compreendo que a afirmativa de um papel da mulher age nos dois sentidos, como ação de valorização e também de reiteração de algumas divisões.

É importante também reconhecer, concordando com a problematização de Salvaro (2010), a ação de afirmações na constituição política de algumas pautas. Nesse caso o processo de afirmação da relação da mulher com a natureza e de atributos femininos, como o cuidado, exerce função relevante na união das pautas das mulheres ao redor do mundo, especialmente das mulheres do chamado Terceiro

Mundo que são as que mais sofrem com a exploração de recursos naturais e de mão de obra para o projeto desenvolvimentista dos países do Primeiro Mundo.

No próximo capítulo, em que apresento mais detalhadamente as práticas do grupo de agroecologia acompanhado na pesquisa, algumas questões referentes aos papéis de gênero aparecem e compõem com a discussão até aqui. O que talvez seja urgente questionarmos, para finalizar a discussão deste capítulo, é a questão da divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres e o reconhecimento deste trabalho. Ainda existem grandes lacunas quando se trata dessa questão especificamente. Mesmo os movimentos que afirmam o cuidado como um campo feminino e de valorização das mulheres, apontando a permanência e a importância das mulheres no trabalho de base familiar, acabam não trazendo como isso se dá na prática familiar e como essa afirmação não faz concordar com a exploração do tempo das mulheres através do desempenho de múltiplas jornadas de trabalho.

5 CAPÍTULO III – ACOMPANHANDO UMA REDE AGROECOLÓGICA DE CANGUÇU-RS

Neste capítulo apresento mais detalhadamente a rede de atores humanos e não humanos que compõe o grupo de agroecologia que acompanhei. Trago algumas descrições e registros do acompanhamento de atividades do grupo e procuro realizar alguns contrastes com as práticas da agricultura convencional, atentando às performances de cada um dos modos de fazer agricultura, especialmente às performances de gênero.

5.1 Percorrendo a rede

As iniciativas agroecológicas, como já pontuei de modo breve anteriormente, no contexto brasileiro vêm sendo construídas majoritariamente junto à agricultura familiar, em comunidades camponesas que buscam formas de permanecer no campo em meio a práticas extensivas de plantio de soja, arroz e criação de gado que se proliferaram com a revolução verde. Em Canguçu a agroecologia tem se expandindo a partir da ação da EMATER e EMBRAPA, e também pela influência do MST e iniciativas de economia solidária.

No município a agroecologia surge como alternativa a produção de tabaco e soja, cultivos que cresceram na região nas duas últimas décadas, levando muitas famílias ao endividamento em multinacionais e ao adoecimento pelo uso de agroquímicos e pela dinâmica exaustiva de trabalho, como evidencia a fala de uma agricultora em processo de transição agroecológica, na pesquisa de Ramm, Raniere e Maraschin (2019), acerca de uma experiência de produção e consumo de economia solidária na região que engloba Canguçu:

A gente trabalhava, trabalhava, colhia fumo. Às vezes era 8, 9 horas da noite a gente tava lá carregando [...] Aí depois eu tinha que tirar leite, né? Aí tu imagina se eu ia ter condição de fazer uma comida, de comer alguma coisa? Eu não tinha, porque a canseira era tanta, que não dava vontade nem de comer nem nada. Porque eu fiquei doente depois disso, agora eu tenho uma anemia que sempre renova, né? Mas foi dali, porque eu nunca tinha nada. (p. 9)

A dinâmica de trabalho e as consequências relatadas pela agricultora, faz os agricultores buscarem outras alternativas, até mesmo fora da agricultura. Canguçu atualmente lidera o ranking gaúcho de municípios que mais perderam trabalhadores rurais de acordo com o censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). As pequenas propriedades vêm sendo incorporadas aos latifúndios e a mão de obra substituída por maquinários. De acordo com dados do censo a área plantada de soja cresceu 760% em pouco mais de uma década (comparativo dos dados do censo de 2006 e 2017), e a desocupação de estabelecimentos se deu majoritariamente nas pequenas propriedades, apontando o grande impacto dos monocultivos nas comunidades camponesas.

A organização das iniciativas agroecológicas no município, geralmente se dá em grupos de transição agroecológica¹⁰, formados por famílias que buscam gradualmente transformar suas práticas. Estes coletivos se constituem enquanto espaços de formação acerca da agricultura de base ecológica, compartilhamento de saberes e experiências entre os integrantes e construção coletiva de projetos. Os grupos que empreendem a transição da agricultura convencional para a agroecológica possuem dinâmicas diversas e agenciam-se a partir de grupos de apoio distintos, alguns a partir do assessoramento da EMBRAPA ou EMATER, outros a partir de cooperativas, grupos de economia solidária como a Associação Bem da Terra e TECSOL, e MST, ou ainda famílias que possuem relação com vários desses grupos. Deste modo, suas formas de operar são diversas, constituindo relações e performances que lhes são próprias.

A rede escolhida para pesquisa é um grupo de agricultoras e agricultores familiares que possui como mote de sua organização a implantação de sistemas agroflorestais nas propriedades dos integrantes. Os sistemas agroflorestais (SAFs) são modos de produzir em consorciamento de floresta nativa com alimentos, reunindo diversas culturas a fim de recuperar as áreas de mata e paralelamente viabilizar financeiramente o sustento das famílias.

A escolha deste grupo surge de minha experiência anterior de pesquisa, no trabalho de conclusão de curso da graduação, junto a EMATER de Canguçu, na qual tive contato com a técnica extensionista que acompanha o grupo e também com

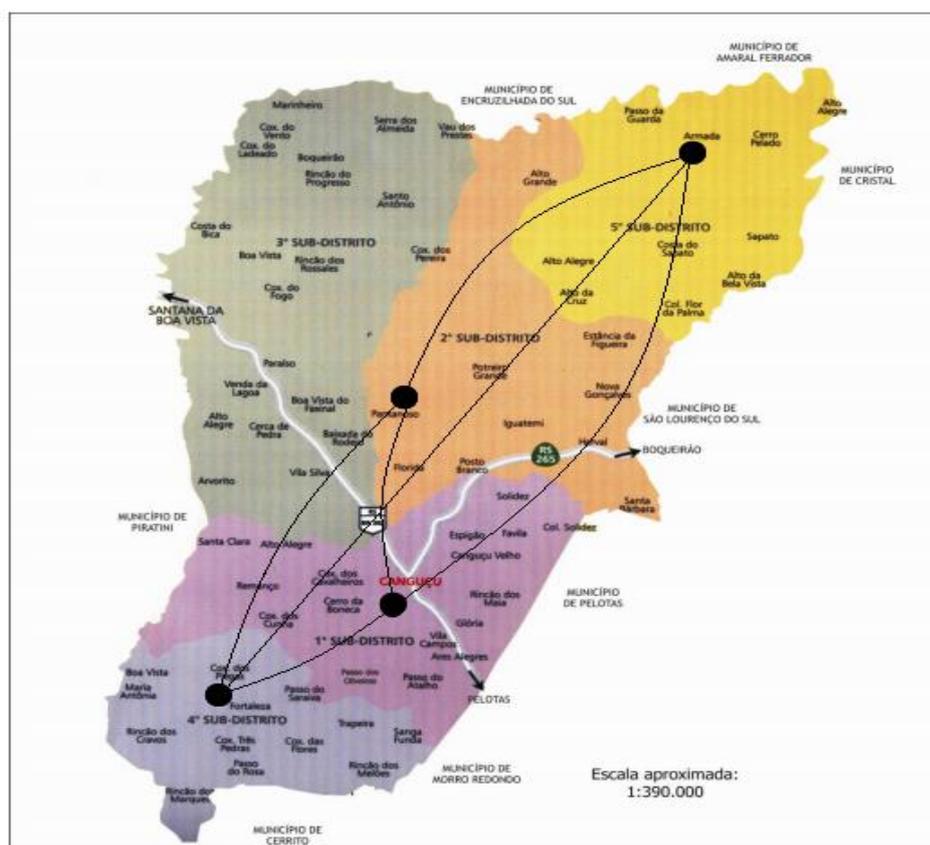
¹⁰ A transição agroecológica compreende um período em que as famílias buscam aprender e mudar as práticas, deixando, gradualmente de utilizar agrotóxicos e adubos industrializados. Neste período muitas famílias praticam simultaneamente a agroecologia em algumas porções de terra da propriedade e a agricultura convencional em outras.

algumas famílias que o integram. O grupo é constituído por 5 famílias ativas e reúne-se desde 2012, iniciando suas atividades com discussões e formações sobre os sistemas agroflorestais e, posteriormente, implantando as agroflorestas nas propriedades.

É importante situar que o grupo é formado por atores humanos brancos, de descendência alemã e italiana, o que marca a constituição histórica da agricultura no município a partir da organização familiar. Esta localização dos atores os insere em um processo de subjetivação específico e que se diferencia de outros grupos que possuem outras marcas históricas e outros tipos de organização e costumes.

A escolha do grupo e do acompanhamento de suas atividades também foi uma maneira de delimitar a rede a ser perseguida, já que as redes são feitas de imprevisíveis e extensas conexões. Contudo, tal delimitação não foi tomada com rigidez pois busquei estar atenta aos atores que se relacionam com o grupo e também provocam ações. O grupo possui conexões geograficamente extensas, sendo formado por famílias de 4 distritos de Canguçu

Figura 2 - Mapa dos distritos de Canguçu e a localização da rede



Fonte: Adaptação da autora.

O encontro das famílias neste grupo se deu a partir de relações que foram se formando anos antes, no trabalho de um pesquisador da EMBRAPA que hoje não trabalha mais na região e no trabalho da técnica da EMATER de Canguçu que atende algumas famílias rotineiramente e outras pontualmente. Ambos possuem trajetórias de pesquisa e trabalho com a agricultura de base ecológica e trouxeram esse conhecimento para as redes de que fazem parte.

As trajetórias das agricultoras e agricultores até o encontro com estes técnicos eram diversas. Alguns já tinham conhecimento das práticas agroecológicas e se encontravam em transição e outros realizavam práticas exclusivamente convencionais. O que os uniu foram problemas que encontraram em seu cotidiano: inviabilidade financeira, dependência de multinacionais, condições ambientais desfavoráveis e problemas de saúde. Além disso, essas famílias possuem em comum o entendimento de que se encontram implicadas nas causas das problemáticas que enfrentam, principalmente nas mudanças ambientais que dificultam a prática agrícola.

Nesse sentido, é possível perceber que a rede agroecológica se faz na ação de atores não humanos que em situação de crise se tornam questão para os atores humanos: secas, enchentes, solos improdutivos, granizo, extinção de espécies, contaminação por agroquímicos, entre outros. As mudanças ambientais que partem dos elementos não humanos, mobilizam os atores humanos a novas práticas. Mobilização que faz parte de um movimento globalizado, mas que traz responsabilidades assumidas localmente, especialmente quando as problemáticas podem ser verificadas cotidianamente. As mudanças climáticas, longas estiagens e enchentes destruidoras na região, são citadas pelas famílias como motivadores para repensar as suas práticas.

A organização, formações e implante dos sistemas agroflorestais se deu a partir do trabalho coletivo do grupo, por meio de reuniões e mutirões para preparo do solo e plantio das mudas. As reuniões e mutirões continuam acontecendo mensalmente, acompanhando as demandas de manejo das agroflorestas e de planejamento. Os encontros do grupo geralmente compreendem um momento de reunião em que são realizadas avaliações das atividades realizadas, planejamento para o dia de atividades e para o próximo mês; e o momento de manejo junto a agrofloresta, que é também momento de formação e compartilhamento de saberes

entre o grupo, que aprende conjuntamente os modos de cuidar do desenvolvimento de seus sistemas.

Assim como no início das atividades do grupo, atualmente as situações em relação à transição para agroecologia são diversas. Uma família já possui a certificação agroflorestral de seus produtos, fornecida pela SEMA (Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do RS), e tem a área agroflorestral bem consolidada e viável economicamente. Outras duas famílias têm seus sistemas em desenvolvimento mais inicial, mas expandiram a produção agroecológica para o restante da propriedade, de onde viabilizam sua sustentabilidade financeira. As outras duas famílias que integram o grupo têm seu sistema agroflorestral e parte da propriedade com produção agroecológica, mas ainda cultivam áreas de maneira convencional.

A diversidade se estende também às características e funcionamento de cada SAF. Os sistemas são singulares, pensados antes da implantação entre técnicos e família. A partir de características do solo, do relevo, do entorno e também da experiência e desejo da família, escolhem quais plantas irão compor o sistema. Cada sistema possui uma espécie arbórea considerada base, no grupo as bases principais são a erva-mate e a pecaneira¹¹. A diversidade de cultivares foi pensada para que o grupo, no decorrer de seu desenvolvimento, possa comercializar coletivamente, oferecendo diversidade de produtos.

5.2 Novas paisagens: a colaboração entre humanos e não humanos

Em meu primeiro dia junto ao grupo pude perceber algumas diferenças das paisagens rurais já conhecidas. A área onde localizava-se o SAF tinha o solo coberto por plantas que nascem naturalmente, palha e galhos de árvores. Aquilo que parece sujeira na agricultura convencional e que necessita ser retirado, é na agricultura de base ecológica tido como parte importante, como nutrientes para o solo e como ferramenta para manutenção da umidade. Os modos de manejar as plantas, o solo e as águas são diferentes dos modos experienciados na agricultura convencional, praticada pelas famílias anteriormente, produzindo deslocamentos na relação com esses atores.

¹¹ Espécie arbórea que produz a noz-pecã, a noz nativa da região sul.

Na agricultura convencional busca-se “limpar” as lavouras através de uso de dessecante (agroquímico que seca as plantas), e que de acordo com uma agricultora do grupo “age como a seca” sobre o solo. Ela também explicou que uma maneira de controlar as plantas que nascem naturalmente e podem prejudicar as plantações, é a semeadura de uma mistura de aveia, azevém e ervilhaca¹², que por serem de maior altura que as demais, irão abafar as plantas não desejadas, além de formarem uma camada de palhada ou biomassa, que serve como adubo.

Essas práticas descritas pela produtora fazem parte de um conjunto de técnicas agroecológicas. Essas técnicas diferem das técnicas da agricultura convencional, mobilizando atores diferentes e de modos distintos. As práticas agroecológicas disparam novos posicionamentos dos atores humanos com os elementos não humanos, produzindo relações em que busca-se aprender sobre seu funcionamento e inserção sistêmica, se distanciando da ideia de que existem inimigos (ervas daninhas, pragas, condições climáticas), onde existem composições em que todos elementos possuem ações importantes (PINHEIRO, 2010).

Nesse sentido, as práticas agroecológicas se distanciam do modelo de progresso baseado na ideia de que avançar é se afastar da natureza e que o natural significa menos racional. Ao contrário, valoriza-se a experiência junto à natureza, ao conhecimento que se apreende no cotidiano, às tecnologias e conhecimentos que se produzem entre o acoplamento dos atores humanos e não humanos. Esta forma de relação, mais colaborativa, aciona uma série de atores não humanos na composição das práticas agrícolas agroecológicas, como adubos, enxadas, animais. Materialidades que agenciam redes, que fazem fazer (LATOURE, 2012).

5.3 Organização coletiva e autogestão: produção de uma ética agroecológica

Acompanhei o grupo de outubro de 2018 a abril de 2019, participando da atividade mensal, composta pelo momento de discussões e momento de mutirão no SAF da família que sediava a reunião. Neste período experimentei junto do grupo diversos deslocamentos nas maneiras conhecidas de plantar e manejar a terra e as plantas, a partir dos princípios da agroecologia, e também modos de se relacionar,

¹² Essas plantas fornecem, quando verdes, um tipo de pasto, e quando secas formam uma camada de palha sobre o solo.

discutir e compartilhar tarefas. Como dito anteriormente a agroecologia possui princípios que não tangem somente a produção agrícola em um sentido técnico, mas que englobam práticas de modo sistêmico, pensando o social e suas complexidades. Neste trabalho exercito criar um caminho de pensamento onde técnicas e práticas agrícolas não estão desligadas das demais práticas da vida, mas pelo contrário, implicam-se entre si e se coproduzem. Assim passo a pensar a existência de uma ética em produção, um *ethos* agroecológico.

Proponho aqui pensar ética a partir de Varela (1992), onde ela não pode ser vista separada do fazer cotidiano e do sujeito em relação. Nessa perspectiva, ética não se limita à racionalidades morais e comportamentos deliberados, mas está centrada no fazer. É o que se faz e como se posiciona no mundo, a partir de um repertório de ações disponíveis a cada corpo situado, e não somente o que se julga sobre o mundo.

Deste modo, a ideia de uma ética agroecológica não se refere a um jeito pronto de fazer agroecologia, mas sim a jeitos que estão sendo constituídos em cada grupo, cada rede e também no que se discute sobre o tema, os eventos, cartilhas e etc. Pensar a realidade enquanto performada centra-se no fazer e, logo, no presente, mas também compreende a existência de rotinas e padrões, e mesmo direcionamentos a partir do que se deseja, como nos documentos formulados pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) que buscam trazer as discussões sobre gênero e outros marcadores de diferença para o contexto da agroecologia.

A ABA pode ser considerada um ator da rede que busquei acompanhar, mobilizando atores e práticas, especialmente as instituições apoiadoras do grupo pesquisado. Estas instituições, também atores e principais agentes da formação para práticas agroecológicas, geralmente trazem as questões discutidas pela ABA, suas cartilhas, pela universidade e demais produções e discussões de outros ambientes que tratam da agroecologia para as práticas do grupo. No entanto, como sugere Latour sobre os elementos de uma rede, “[...] Não devemos buscar por suas qualidades intrínsecas, mas por todas as transformações que ele sofre depois, nas mãos dos outros” (LATOURE, 2000, p. 421).

Ao que se atenta, nessa perspectiva, é que apesar das estabilizações que estamos continuamente compondo acerca de nossas experiências, sempre há a possibilidade de surpresas. Por isso o acompanhar das práticas, para perceber como se faz a agroecologia neste grupo, e como se produzem mulheres e homens e

suas diferenciações. Assim, seguindo os atores para conhecer a rede, passei a acompanhar as reuniões do grupo de agroflorestas. Na primeira reunião que participei registrei no diário de campo:

A reunião inicia com a técnica da EMATER, que vai coordenando a reunião. Todos se apresentam e contam um pouco sobre sua trajetória no grupo, na agroecologia e na agricultura. Estão presentes agricultoras, agricultores, pesquisadoras, pesquisadores e técnicas e técnicos, sentados em círculo. As agricultoras e agricultores contam suas experiências com a agricultura convencional. A maioria deles plantava tabaco e após anos de endividamento, degradação da propriedade e problemas de saúde, passaram a procurar outras culturas. Algumas famílias integrantes ainda plantam tabaco e outras culturas de modo convencional. Após a apresentação a técnica prosseguiu apresentando a proposta para o dia, que seria reunião na parte da manhã e trabalho na agrofloresta da casa que sediava a reunião a tarde, se parasse de chover. Levantam-se pontos de discussão para a reunião e foi construída uma pauta. Apesar da técnica coordenar o momento inicial da reunião, a fala circulava de forma bastante dinâmica. Fui percebendo o caráter autogestionário do grupo, que parecia não esperar dos técnicos e professores uma pauta, mas ao contrário, colocavam questões, propunham formas de conduzir, e a própria coordenação da reunião circulava e algumas vezes parecia nem se encontrar individualizada. (Diário de campo, 10/10/18)

A organização autogestionária do grupo se fez presente em todas as reuniões e mutirões em que acompanhei, deslocando a relação de autoridade atribuída aos professores e técnicos, promovendo trocas entre saber acadêmico e saber popular. É perceptível que os técnicos que integram o grupo fazem este movimento de horizontalidade, que também pode ser entendido como formativo a partir do desejo explícito da organização coletiva não hierarquizada. Em conversas com a técnica e técnicos e agricultoras e agricultores, diversas vezes falavam sobre a dimensão horizontal do grupo. Também em uma reunião de planejamento em que se elencou planos e desejos para o coletivo, pontuou-se a manutenção da organização autogestionária como fator importante no contexto da agroecologia.

O incentivo para práticas autogestionárias vindo dos técnicos vai ao encontro de outros relatos de experiência em grupos de agroecologia de diversos contextos (grupos de consumo, comercialização, educação, e etc.) onde busca-se a

construção de processos horizontais (SANTOS & SHALUB-MARTINS, 2012; SILVA & SOUZA, 2017; POSSIDIO & MATTOS, 2017). Também no último congresso Brasileiro de Agroecologia¹³, ocorrido em novembro de 2019, pontuou-se a autogestão como viabilizadora da construção de processos conjuntos que sejam socialmente justos.

A autogestão, também compreendida como ator-rede, refere-se ao modo de organização pautado em processos coletivos igualitários de tomada de decisão. Entendemos aqui a autogestão como uma prática ética que advém de uma proposição política explícita, construída e regulada compartilhadamente (RAMM, MONTEIRO & WILLE, 2019), que se encontra sempre em processo. Sendo uma prática ética, nos termos que aqui discuto, se dá enquanto exercício e não exatamente como um estado a se chegar. Com esse entendimento, compreende-se que, apesar do grupo experienciado pretender-se autogestionário e exercitar a autogestão, nele também se sustentam práticas heterogestionárias e momentos mais e menos democráticos.

As agricultoras e agricultores que integram o grupo, em sua maioria, vem de experiências de trabalho e compartilhamento predominantemente heterogestionárias, tanto familiar quanto coletivas. Grande parte da trajetória dos integrantes foi centrada no trabalho familiar, onde majoritariamente se dão práticas pouco igualitárias, já que estão inseridas em um contexto social patriarcal. Como discute De Jaegher, a partir da distinção entre patriarcado e democracia de Gilligan e Richards, o patriarcado não se refere somente à dominação das mulheres pelos homens, mas também a modos de vida hierárquicos característicos de sociedades dominadas por pais (GILLIGAN & RICHARDS, 2009 apud DE JAEGER 2013), que além de diferenciar homens e mulheres também difere crianças e adultos, brancos e negros, dentre outros.

As experiências coletivas anteriores foram bastante distintas. As mulheres do grupo relatam que já participaram de grupos organizados pela EMATER em outras épocas e também em atividades das associações de moradores de suas localidades, em ambos ocorriam formações para processamento de alimentos e artesanato, geralmente destinadas às mulheres. Já os homens possuem experiência

¹³ A conferência de despedida do Congresso Brasileiro de Agroecologia, onde a autogestão é pautada, pode ser assistida na íntegra por meio deste link: <https://www.facebook.com/AssociacaoBrasileiraDeAgroecologia/videos/778410845915818/>

com atividades e reuniões do Sindicato de Trabalhadores Rurais e cooperativas que integram ou já integraram. Ou seja, as experiências coletivas anteriores se referem a espaços de distinção entre homens e mulheres, e que se fundam sob papéis de gênero.

5.4 Autogestão e a expansão do campo de controvérsias da rede

A experiência coletiva que reúne homens e mulheres é uma novidade para os integrantes. Além disso, participar de um coletivo com práticas autogestionárias é uma experiência que traz questões novas aos integrantes, ao passo que as regulações do coletivo não são decididas por um ou poucos, mas precisam ser discutidas, compreendendo as múltiplas experiências. Nesse caso expande-se o campo de controvérsias na rede, pois os atores deslocam-se dos papéis óbvios e abrem-se possibilidades de questionamento. Experimentar esta abertura abre um campo de possibilidades de ação e performances dos atores, o que adquire especial importância para atores que em outras redes possuem possibilidades de ação mais restritas.

Fui percebendo que as mulheres do grupo participavam bastante nas discussões, até mais do que os homens. Nos informes uma delas falou sobre uma viagem para outro município, na qual representou o grupo e aprendeu a fazer o manejo de mudas. Em sua fala apresentou para o grupo algumas coisas que aprendeu e detalhes da viagem. A reunião prosseguiu com uma atividade que incluía avaliação e planejamento do grupo. Para isto cada família falava sobre seu SAF, relatando a situação atual, o que foi realizado no último mês, se já houve alguma colheita de seu sistema e quais as necessidades de manejo que observa. Para tal foi feito um esquema com as informações em papel pardo, para que todos visualizassem as informações e ao final pudesse ser realizado um planejamento de atividades conjuntas. Inicialmente a atividade foi coordenada pela técnica da emater, mas logo foi tomada por uma das mulheres do grupo, sendo por ela coordenada até o final. (Diário de campo, 07/11/18)

Esta mulher que passou a coordenar a reunião é uma mulher jovem e estudante. Constrói o SAF com sua mãe e tem optado por permanecer no campo, construindo a transição agroecológica na propriedade da família, que ainda trabalha

com o cultivo de fumo. No decorrer da atividade, enquanto ela escrevia e organizava as informações no papel, as famílias falavam sobre seu SAF. Algumas estavam representadas por um integrante, mas em maioria estavam os casais, que neste grupo são quem tocam as propriedades. Percebi que a cada casal que apresentava sua agrofloresta os homens começavam a falar, como se fosse um costume, um caminho pronto. No entanto, rapidamente as mulheres interferiam e passavam a falar até mais que seus companheiros. Algumas discutiam informações expressadas pelos maridos, discordavam e debates aconteciam. Aquele momento passou a ser de pensar junto ações, avaliações e planejamentos, não só entre o grupo, mas também entre as famílias.

Também durante os mutirões, momento em que as ações se davam nas agroflorestas, era possível perceber que o grupo exercitava trabalhar autogestionariamente. Algumas vezes animados pelos técnicos, outras vezes como um movimento que partia das agricultoras e agricultores.

Na chegada todos os integrantes se reuniram e organizaram as ferramentas necessárias para o trabalho. Enxadas, pás, alicates e mudas de diversos tipos. O mutirão deste dia tem como tarefa a poda das árvores frutíferas, uma etapa importante e que segue o calendário de manejo que o grupo vem criando no decorrer dos anos de observação e experiência em seus sistemas. Caminhamos até a agrofloresta e então ocorreu um momento de reconhecimento e discussão sobre as necessidades. O grupo discutiu sobre a fragilidade do sistema, que ainda necessita de grande trabalho em seu solo para que possa sustentar o que nele for colocado. Os integrantes que participaram da implantação do sistema falaram sobre a avaliação que fizeram na época, quando acreditaram que o solo se recuperaria no decorrer do desenvolvimento. No entanto, agora percebem que o solo necessitava de maior trabalho antes da implantação, pois nestes anos diversas mudas morreram. Caminhando entre as pequenas árvores, observamos as mudas que se adaptaram ao solo e ao clima do local, as que estão mais fortes e as que se encontram mais fragilizadas. O grupo observa atentamente o desenvolvimento de cada planta, do solo e quais adubos são mais benéficos. Durante todo o processo o grupo discute o que será feito e porque será feito. A discussão entre o grupo acontece de modo horizontal, a técnica da EMATER por momentos anima a discussão, faz perguntas. Em certo momento todos se reúnem ao redor de uma das árvores. Alguns com alicates, outros com serrotes. Um dos integrantes que já tem mais experiência com podas passou a explicar onde cortar os galhos, logo a técnica da EMATER interviu fazendo perguntas e incentivando os demais a opinarem sobre onde achavam que poderia ser cortado. Com isso alguns passaram a opinar e aquele momento tornou-se o compartilhar de conhecimentos e a construção de um modo de fazer a poda de acordo com as experiências do grupo. A cada momento de consenso alguns integrantes pegavam suas ferramentas e cortavam os galhos. Os galhos mais finos

eram cortados por alicates e os mais grossos com o serrote. Em alguns casos havia revezamento do corte de galhos mais grossos e duros dos quais as mulheres também participavam. Alguns seguiram com a poda e outros foram distribuir os galhos e buscar palha a redor da agrofloresta para colocar junto das árvores, o que serve como adubo. Outros ainda mudaram árvores nos locais onde havia falta. Em diversos momentos paravam para dialogar e discutir como poderia ser realizada alguma das atividades. (Diário de campo, 05/12/18)

O envolvimento com um conhecimento novo, com a necessidade de utilizar ferramentas novas, ou mesmo as antigas de uma forma diferente, faz emergir um espaço de compartilhamentos e aprendizado próprio. O campo de possibilidades do que se pode fazer também parece se expandir. A ética agroecológica performada no grupo se constrói nesse espaço de experimentação e aprendizado coletivo, em que atividades geralmente realizadas individualmente, passam a ser compartilhadas.

O estudo de Basquerote & Assis (2015) junto a uma associação de produtores agroecológicos no estado de Santa Catarina discute os impactos da inserção das famílias no coletivo agroecológico no que se refere à participação nas decisões e divisão de tarefas. De acordo com a fala de homens e mulheres entrevistados, houve mudanças significativas, pois as mulheres passaram a participar ativamente do coletivo maior – a associação – e, conseqüentemente, se colocaram mais ativas no planejamento dos projetos na propriedade rural. Nesse sentido, o fato de o projeto agroecológico ser fomentado a partir de coletividades multifamiliares parece ser relevante no que se refere às questões de gênero, pois passa a implicar toda a família na construção dos processos e fomenta lógicas de apoio e compartilhamento ao invés de hierarquizações e competições.

O exercício da autogestão, ao buscar distribuir o poder decisório igualmente e desconstruir hierarquias, mexe na estruturação hierárquica familiar. Não que se trate de uma relação causal, como discutimos em outro trabalho sobre a inserção em coletivos autogestionários (RAMM, MONTEIRO & WILLE, 2019), tampouco que o deslocamento que se dá no coletivo necessariamente reverbere nas famílias, mas de apostar que o sujeito e o mundo estão se produzindo conjuntamente e mesmo os aprendizados mais enraizados culturalmente podem ser problematizados, não somente por uma via reflexiva, mas através da experiência em outras práticas.

Em meu trabalho de conclusão de curso (WILLE, 2017) pude observar que o envolvimento em coletivos, sejam eles de produção, formação ou comercialização, desenhavam possibilidades novas para as mulheres, especialmente no que se refere

ao transitar fora da propriedade rural e constituir novas relações. O que vai ao encontro dos estudos de Scott (1998) e Gomes (2017), que apontam que o envolvimento das mulheres em movimentos sociais tensiona as fronteiras entre público e privado, possibilitando tornar mais porosas as separações entre o que é compreendido como masculino e feminino.

Contrastando práticas, é possível perceber que na organização das famílias na agricultura convencional a mulher possui pouca mobilidade fora da propriedade, pois as implicações públicas do cotidiano da agricultura são tarefa do homem. A relação com automóveis e com implementos agrícolas também geralmente se refere aos homens. As mulheres, deste modo, se envolvem quase que restritamente com a propriedade rural. No grupo acompanhado estas distinções se mostram mais flexíveis, as mulheres vêm participando da comercialização dos produtos, das feiras e formações oferecidas pela EMBRAPA e EMATER.

Uma das mulheres falava para as demais sobre uma viagem representando o grupo. Relatava que foi difícil deixar a casa e os animais sob os cuidados do marido durante os três dias em que ficou fora pois ele não está acostumado a fazer as coisas que ela faz, mas também contava animada sobre os detalhes da viagem, sobre os lugares, paisagens, pessoas e aprendizados. A viagem se tratava de uma visita a um grupo de agroecologia da serra gaúcha para aprender a fazer mudas para as agroflorestas. Na continuidade da reunião ela relatou para todos os presentes sobre o que aprendeu. Parecia um pouco envergonhada enquanto falava, mas também se mostrou propositiva, sugerindo que o grupo pudesse realizar um encontro para realização de semeadura de mudas onde ela poderia ensinar as técnicas que havia aprendido. (Diário de Campo, 07/11/18)

A possibilidade de transitar por espaços diferentes dos habituais performa jeitos de ser mulher rural, mas não só, ao mesmo tempo performa jeitos de ser homem. Quando as mulheres passam a transitar, ocupar espaços e realizar tarefas diferentes dos de costume, os companheiros também precisam circular em espaços novos em suas rotinas. Se as integrantes do grupo saem de casa para comercializar os produtos ou participar de formações, os maridos e filhos necessitam realizar as tarefas domésticas, como visibiliza a fala da integrante do grupo.

Participar de espaços formativos, falar publicamente e poder ensinar o que aprendeu são experiências novas para a maioria das mulheres do grupo. Uma delas falou em um dos mutirões que foi convidada para participar como palestrante sobre sua experiência com agroecologia em um evento realizado na universidade, o que foi encarado com surpresa e preocupação, pois ela não se sentia capaz de falar e tampouco acreditava que tinha algo a compartilhar em um ambiente acadêmico. O envolvimento com o grupo e com a prática agroecológica proporciona para os integrantes espaços de reconhecimento público e valorização e, especialmente para as mulheres, o reconhecimento de que são agricultoras, de que trabalham e não somente ajudam os maridos.

5.5 Os não humanos na rede

A mudança no tipo de cultivos na transição da agricultura convencional para a agroecológica proporciona mudanças na dinâmica de trabalho e nos elementos envolvidos. Na agricultura convencional existe a centralidade em um tipo de cultivo, geralmente o que gera ganho econômico, o qual quem gerencia é o homem, enquanto a mulher é tida como ajudante e responsável pela casa e arredores, a horta e pomar, que fornecem alimentos para a família. Na produção agroecológica existe uma diversificação de cultivos, expandindo o funcionamento da horta por toda a propriedade, o que faz acontecer um remanejamento de tarefas e também de significações e valorações acerca do trabalho. Passa-se a valorizar a produção de processamentos caseiros como doces, compotas, panifícios, proporcionando maior visibilidade ao trabalho que geralmente é realizado pelas mulheres.

Sobre isso uma das mulheres que integra o grupo relatou durante uma atividade que, quando ela e seu esposo plantavam fumo, eles dedicavam boa parte do tempo às atividades desse cultivo. Ela, além disso, fazia a comida, cuidava da casa e mantinha uma horta com algumas hortaliças para o consumo do dia-a-dia. O dinheiro da venda do fumo, que sustentava a família, era administrado integralmente pelo marido. Após a mudança para as práticas agroecológicas, a propriedade rural da família passou a produzir alimentos para consumo próprio e venda, então aquilo que ela sabia fazer passou a ser mais valorizado pelo marido. Somado a isso, a família passou a integrar feiras para comercialização, onde vendem também produtos que a agricultora beneficia. Nestas feiras ela também trabalha vendendo os

produtos, o que a faz participar de processos que antes não tinha acesso, como as implicações públicas da produção e do trabalho da família, o contato com os ganhos, aos quais antes estava alheia. Ela relata que com isso se sente mais à vontade para exigir a participação na gestão do dinheiro e percebe que o marido está mais aberto para isso.

Se na agricultura convencional existem algumas tarefas comumente restritas aos homens, como o preparo do solo com trator, arado e grade, na agroecologia dificilmente se utilizam os maquinários agrícolas de grande porte. Alguns elementos não humanos saem de cena e outras passam a agir. O trabalho é mais manual e mobiliza animais e outras ferramentas. Quando as famílias deixam de usar ou diminuem o uso de maquinários agrícolas e insumos químicos, como agrotóxicos e adubos, outros elementos não humanos passam a ter ação na rede. Para trabalhar o solo utilizam-se algumas técnicas “de antigamente”, conforme pontuam integrantes do grupo. Algumas famílias utilizam animais para lavrar a terra, outras trabalham somente com enxada e fazem o “plantio direto”, intervindo minimamente nas lavouras para o plantio. A adubação das lavouras é feita com esterco e com adubos preparados pelas famílias. Um dos adubos mais utilizados no grupo é o “super magro”, um adubo líquido composto de minerais oriundos de rochas, leite, esterco, açúcar e outros elementos. A colheita também é manual.

O manejo agroecológico envolve muito trabalho, como me contou uma integrante do grupo, pois praticamente todo o cuidado é feito à mão. De acordo com ela, na propriedade da família, todos acabam participando das tarefas. As atividades mais pesadas, como o uso do pulverizador para colocar o adubo líquido, ficam com o marido, mas de modo geral as demais atividades na lavoura são compartilhadas. As atividades pós-colheita, que geralmente envolvem o cuidado com os alimentos para que sejam comercializados, são em maioria realizados por ela.

As materialidades articuladas na produção agroecológica têm ação no modo como se estabelecem as relações, fazendo, em alguns momentos, práticas mais compartilhadas e atribuição de valores diferentes da agricultura convencional. Como argumenta Latour (1994), cada artefato possui um certo programa de ação, carregando um potencial de auxiliar em alguma tarefa. No caso da articulação de ferramentas, plantas e técnicas na agroecologia, modificam-se os significados, valores, tempo e organização da produção agrícola, mobilizando a rede de modos diferenciados.

O programa de ação não pode ser pensado fora do conjunto de atribuições históricas e culturais dos objetos e tampouco da rede de valores que compõe o presente. Por isso, constitui-se numa ação de agência complexa e singular, conforme discute Latour acerca da mediação técnica (1994). A união entre ator humano e não humano modifica ambos e cria uma conexão que não existia antes. Quando as agricultoras e agricultores agroecológicos pegam uma enxada, que é uma ferramenta trivial no cotidiano da agricultura e certamente por eles usada regularmente, há a mobilização de atribuições do que pode fazer com a ferramenta e como se pode fazer. Se contrastarmos com o uso do trator, e questionarmos o que se pode fazer e como se pode fazer, percebemos que o que é mobilizado é bastante distinto.

Os não humanos presentes na produção agroecológica são distintos dos não humanos da produção convencional, em sua maioria. Além disso, os valores atribuídos são diferentes, motivando as escolhas e uso das técnicas e ferramentas. Deste modo, o que se faz e como se faz é diferente quando mudamos os atores da associação. Alguns mobilizam práticas mais individualizadas e exigem um saber mais específico, como o trator e os monocultivos, e outros mobilizam práticas mais compartilhadas e de saberes que circulam, como a enxada e os cultivos diversificados.

5.6 O trabalho doméstico

A distribuição de tarefas entre homens e mulheres se reorganiza quando se modificam os elementos envolvidos, a distribuição espacial da produção e do trabalho. No entanto algumas rotinas são semelhantes às que acontecem no contexto da agricultura convencional.

Quando se aproximava o horário do almoço, a senhora que sediava a reunião se retirou para preparar o alimento. Algumas pessoas trouxeram pratos já prontos para compartilhar no almoço coletivo. Quase que exclusivamente as mulheres presentes traziam os pratos em mãos quando chegaram na reunião. No preparo do almoço também as mulheres se envolveram com o preparo. Um homem participou do trabalho na cozinha. A reunião prosseguiu mesmo com a ausência de quem preparava o almoço. (Diário de campo, 17/10/18)

No momento do almoço, formaram-se grupos de conversa. As mulheres formaram pequenos grupos entre si, onde os assuntos que podia ouvir eram questões familiares e sobre o trabalho da casa. Também falavam sobre

suas plantações. Entre os homens os assuntos se direcionavam a questões das lavouras e plantações, também falavam sobre política e eleições. Houve pouca circulação entre os grupos, ficando homens e mulheres em grupos separados boa parte do tempo. (Diário de campo, 06/03/19)

O modo como organizaram-se durante o almoço me fez rememorar as confraternizações de minha família e também os eventos na igreja da qual participávamos, onde as mulheres costumavam se agrupar na cozinha e falavam sobre a família, os filhos, a rotina de trabalho. Os homens geralmente se reuniam na rua e os assuntos englobavam a rotina de trabalho, mas se voltavam mais à questão financeira, à venda dos produtos, preços e questões políticas. Os assuntos discutidos pelos grupos dizem respeito ao que vivenciam cotidianamente, aos atores com os quais se relacionam, como também é discutido por Perrot (1989) e Hartmann (2010), sobre as histórias que as mulheres contam e sobre o que conversam, geralmente privilegiando o lar, o íntimo e o cuidado.

O preparo do almoço, ou de outros momentos de alimentação, era quase que exclusivamente tarefa das mulheres do grupo. As famílias levavam de suas casas algo a ser compartilhado, pronto ou a ser feito. Quando se aproximava o meio dia algumas mulheres deixavam a reunião para organizar o almoço e a reunião prosseguia até estar pronto. Tal prática não foi pensada em conjunto pelo grupo, como outras eram, o que faz ver a operação de uma separação das práticas consideradas domésticas das demais práticas, que são pensadas e problematizadas pelo grupo. Pimenta (2005) discute, acerca das divisões de tarefas nas propriedades rurais, que há uma separação entre o trabalho e o doméstico, pautada nos espaços campo e casa, onde o campo é considerado trabalho e lugar do homem (mesmo quando as mulheres participam do trabalho, o que é o mais comum na agricultura familiar) e a casa é considerado o lugar da mulher. O trabalho exercido na casa é considerado um não trabalho (PIMENTA, 2005), o que faz perceber a dificuldade de englobar as tarefas domésticas no âmbito do que se considera social e político e também pode ser distribuído entre os pares.

A distinção do trabalho produtivo e reprodutivo, como já discutimos anteriormente, se dá por um conjunto de valores e hierarquias historicamente estabelecidas, e opera a distinção do trabalho e não trabalho, do leve e do pesado. Como viemos discutindo, alguns aspectos dessa separação são mobilizados nas práticas agroecológicas do grupo acompanhado. As mulheres passam a

compartilhar mais igualmente os espaços considerados produtivos, tendo seu trabalho mais valorizado e reconhecido neste âmbito. Contudo, na esfera doméstica, o trabalho ainda é quase que exclusivamente das mulheres.

A mudança nas práticas, que mobilizam uma série de elementos novos ou de modos diferentes do convencional, faz mudanças nas relações, mas no âmbito doméstico em que os elementos continuam mais estáveis e as práticas não são discutidas ou vivenciadas diretamente em conjunto, as divisões permanecem estáveis. Deste modo, os atores com os quais homens e mulheres se relacionam são em alguma medida compartilhados, contudo, existem distribuições específicas e menos flexibilizadas, mesmo em contextos onde busca-se a distribuição mais igualitária. O que se mantém estável, contrastando e acompanhando a transição da agricultura convencional para a agroecológica, é a relação das mulheres com o trabalho doméstico e a priorização do cuidado e das questões familiares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da dissertação explorei as questões de ruralidade e gênero no contexto da agroecologia como uma combinação de práticas situadas e que constituem objetos múltiplos, a partir de ferramentas teórico-metodológicas da TAR, das proposições de Mol e do diálogo com autores que constroem um olhar localizado e que pautam a descolonização dos modelos explicativos que temos de nosso mundo.

A partir dos conceitos de rede e performance busquei discutir que a composição do que tomo como categorias de análise, são fruto de negociações locais. Elas possuem uma história, mas não são fixas e universais, e sim estão sempre se rearticulando e se produzindo de modos diferentes. As ruralidades como campo que não é homogêneo, feitas de muitas práticas, de processos de subjetivação diversos. A agroecologia como um movimento social que também se constitui localmente, de diversas práticas, princípios e ideias que se atualizam em cada região e grupo. Gênero como divisões e compartilhamentos que estão sempre em negociação nas relações e sendo performado em cada rede de atores.

No primeiro capítulo trouxe uma contextualização histórica de como os temas emergem como problemáticas em meu campo de pesquisa. As ruralidades contextualizadas no processo de modernização desenvolvimentista pautado em uma ideia de progresso, como locais a serem melhorados para que se tornassem mais modernos. E a agroecologia como um movimento de criação e retomada de práticas mais sustentáveis e mais justas na agricultura, no contexto de uma crítica ao modelo moderno produtivista destinado às ruralidades.

No segundo capítulo, situei gênero no contexto das ruralidades como um campo de negociações em que historicamente as mulheres estiveram subordinadas aos homens, não possuindo o direito sobre as terras, sobre os ganhos, a direitos e reconhecimento como trabalhadoras. Discuti algumas singularidades das pautas das mulheres camponesas, mais localizadamente as que possuem relações com as pautas ambientais. Apontei que existem modos de compreensão que diferem das compreensões de movimentos feministas europeus, norte-americanos e que partem do urbano. A partir do entendimento de que estas diferenciações partem da rede com a qual as mulheres se relacionam e que somente de maneira situada podemos intentar desprender da lógica progressista e evolucionista que nos subjetiva, trouxe

alguns pontos a partir da experiência junto a produtoras, produtores e grupos agroecológicos para discutir a ideia de feminino que alguns movimentos afirmam. A ideia de feminino foi tomada de duas formas: como subjetivação e como essencialismo.

No terceiro capítulo apresentei a rede acompanhada, descrevendo relações entre atores humanos e não-humanos e práticas no coletivo agroecológico, contrastando com práticas presentes na agricultura convencional. Através deste contraste propus a existência de uma ética agroecológica no grupo, pautada na autogestão e compartilhamento. Propus a discussão sobre como essa ética aumenta o campo de controvérsias da rede e flexibiliza a ação dos atores, proporcionando performances diferentes de homens e mulheres das que se performam na agricultura convencional.

No decorrer do texto busquei construir um olhar crítico ao modelo da modernidade que estabeleceu dicotomias entre natureza e cultura, e sujeito e objeto, como base de formação de um modelo “moderno” e “civilizado”, em que todos aqueles que se diferenciavam dele foram considerados “atrasados” e a serem modernizados. Nesse sentido, discuti a agroecologia como um conjunto de práticas que afirma uma outra relação entre natureza e cultura e performa modos que discordam da afirmativa moderna em que se aproximar da natureza é menos racional, menos tecnológico e desvinculado da política. Ao contrário, nas práticas agroecológicas constroem-se saberes, reflexões e tecnologias. Sobretudo, o que busco afirmar com a discussão deste trabalho é que as ruralidades também comportam a diferença, que as ruralidades não estão separadas da política e, portanto, não estão separadas do feminismo ou de qualquer outra discussão.

Retomando os objetivos e perguntas que mobilizaram a pesquisa, busquei investigar as performances que se fazem nas redes mobilizadas pela agricultura convencional e pela agricultura agroecológica e se existem diferenças nas performances de gênero entre as redes. Nesse sentido, no decorrer do trabalho trouxe contrastes entre estes tipos de fazer agricultura, apontando que cada um deles mobiliza uma rede de atores não humanos específica e produz divisões entre homens e mulheres que lhe são próprias. A recusa de alguns elementos, como o plantio de um monocultivo na propriedade, implementos agrícolas, agrotóxicos e venda para multinacionais, e inserção de outros, como a expansão da diversidade da horta, o uso de enxadas e outras ferramentas, o trabalho coletivo e as feiras,

produz uma reorganização espacial e relacional nas propriedades. Essa reorganização favorece o trânsito das mulheres por outros espaços e a relação com o dinheiro, com a fala, com a implicação pública da produção. Também a organização multifamiliar autogestionária aumenta o campo de controvérsias, fazendo práticas mais compartilhadas e a expansão da ação dos atores que possuem menos possibilidades em redes mais hierárquicas.

O que pude perceber é que existe uma demarcação de espaços e elementos com os quais mulheres e homens comumente se relacionam na propriedade e no que se refere a ela, e que as práticas agroecológicas expandem o reconhecimento das mulheres na esfera considerada produtiva. Como vimos, na agricultura convencional, mesmo quando as mulheres trabalham nas lavouras o trabalho é considerado ajuda, pois os homens são reconhecidos publicamente como responsáveis pela produção e propriedade. Na agroecologia o conhecimento das mulheres sobre a horta e sobre o beneficiamento caseiro dos alimentos é mais valorizado. Contudo, o espaço e esfera que comumente é considerado feminino - a casa e seus afazeres, os filhos e seus cuidados - ainda se mantém pouco circular, sendo exclusivamente das mulheres no grupo acompanhado.

Entendo a questão do trabalho doméstico como um ponto importante de discussão para a produção de relações mais justas, e que necessita ser discutido e pensado pelos movimentos de mulheres camponesas e pelos movimentos que pautam outros modos de construção da sociedade que afirmam a permanência das mulheres no trabalho familiar. Além disso, é necessário ampliar as discussões sobre o que faz a afirmação de uma feminilidade na prática, quando tomada como uma subjetivação potente, a ter aspectos compartilhados não só entre as mulheres, e quando tomada como essencialidade.

A aproximação das ruralidades e das questões de gênero nesse contexto com a discussão descolonial, a qual iniciei neste trabalho, podem ser continuadas e ampliadas em trabalhos futuros. A partir de experiências situadas, que considerem a rede de relações que constroem as realidades, é possível construir pesquisas, reflexões, intervenções e políticas mais coerentes. Nesse sentido, a aproximação entre os estudos das ruralidades e ferramentas teórico-metodológicas que considerem os não humanos, mostra-se um caminho interessante para a descolonização de nossos modelos explicativos.

Ao longo da escrita busquei discutir a ideia de progresso que se baseia em um rompimento com o passado e propor que o surgimento do novo não necessariamente significa mais avançado ou melhor, mas sim, que o novo rearranja as redes e as expande. Para isso, podemos retomar uma postura diplomática como sugere Mol (2015) e Baum (2017), onde diferentes propostas e repertórios podem se relacionar na construção de nosso mundo comum, sem que seja necessário atacar saberes, práticas, grupos, cosmovisões, e comunidades humanas e não humanas.

A crise ambiental e também as questões de gênero, fazem pensar como vivemos em conjunto. Problemáticas que acionam perguntas sobre como nos relacionamos, o que estamos fazendo e o que fazer. Como sugere Baum (2017), a pergunta sobre o que fazer deve sempre ser recolocada, e sua resposta só pode ser estabelecida a cada caso, a partir da constituição local desse questionamento. A proposta agroecológica pode ser compreendida como uma afirmativa nesse sentido, como uma proposta de vida em conjunto, em nossa condição experimental no planeta.

Essa compreensão não busca desconsiderar as outras propostas de vida em conjunto, ao contrário, inspirada em uma ecologia das práticas (STENGERS, 2010), questionar o que nos subjetiva e como subjetiva. E nesse caso, a afirmação de relações que possibilitam expandir nossa rede de controvérsias, através do reconhecimento de que nós humanos não vivemos sós no planeta, pode fazer emergir aberturas em nossos mundos e em nossas relações com a diferença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p.67-80, jul./dez. 2002.

BANDEIRA, S. M & COSTA, M. R. Migração feminina do meio rural: Um estudo de caso no município de Canguçu/RS. **Revista Acta Geográfica**, v.12, n.28, 2018.

BASQUEROTE, A.T.S.; ASSIS, G. O. **Agricultura Familiar, Gênero e Agroecologia: (re)significando a posição da mulher no meio rural**. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2015, La Habana. Memórias do XV EGAL, 2015

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, 2007.

BAUM, C. **Políticas cognitivas: Negociação e performance entre psicologia e neurociências**. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

BENTO, C. M. **Canguçu, reencontro com a história (Um exemplo de reconstituição de memória comunitária)**. Edição da academia de história militar terrestre do Brasil (AHIMTB). Rio de Janeiro, 2007.

BORDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, ano 4, nº 7, p. 50-81, Porto Alegre, 2002.

CALEGARE, M. G. A. Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social. In: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (Orgs.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: Abrapso editora, p. 473-457, 2015.

CARNEIRO, M. J. "RURAL" COMO CATEGORIA DE PENSAMENTO. **Ruris**, volume 2, N.1, março de 2008.

CORDEIRO, R. L. M. **Além das secas e das chuvas. O uso da nomeação da mulher trabalhadora rural no sertão central de Pernambuco**. Tese de doutorado,

Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

DE JAEGER, H. Rigid and fluid interactions with institutions. **Cognitive Systems Research**, v. 25, p. 19-25, 2013.

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. **Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica El Cotidiano**, núm. 184, marzo-abril, pp. 7-12 Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco Distrito Federal, México, 2014.

FARIA, L. M. S. Aspectos gerais da agroecologia no Brasil. **Rev. Agrogeoambiental**. v.6, n.2, 2014.

FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **EURE** (Santiago) v.26 n.78 Santiago set. 2000.

FROELICH, J. M.; MONTEIRO, R. C. Reconstrução social do espaço rural no contexto de transição para a sustentabilidade. **I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. São Paulo, 2002.

GALINDO, D.; MILIOLI, D.; MÉLLO, R. P. Dançando com grãos de soja, espécies companheiras na deriva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**; 25(1): 48-57, 2013.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 3 ed, Porto Alegre, 2008.

GOMES, R. C. M. **Narrativas de si em movimento: uma genealogia da ação política de mulheres trabalhadoras rurais do sul do Brasil**. Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

GOMES, R. C. M.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, 28(1), 115-124, 2017.

GT MULHERES DA ANA. **Folder sem feminismo não há agroecologia**. IV ENA, Belo Horizonte, 2018.

HARDT, M. & NEGRI, A. **Multidão: Guerra e democracia na era do império**. 4 ed. Editora Record, Rio de Janeiro, 2014.

HARTMANN, L. Do campo à “campanha”: gênero, performance e narrativas orais na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(1): 288, janeiro-abril/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2017**. BRASIL, 2017. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cangucu/pesquisa/24/75511?ano=2017> > Acesso em 26/02/2020.

KREUTZ, J. R. Limiões Rurais nos processos de in(ter)venção da Psicologia: Narrando Lagoa Bonita do Sul. **Ayvu, Rev. Psicol.**, v. 03, n. 01, p.116-138, 2016.

LAGO, M. C. S. Modos de vida e de identidade. **Sujeitos no processo de urbanização da ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUfsc, 1996.

LANDINE, F. La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. In: **Hacia una psicología rural latinoamericana**. Org. Fernando Landine. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2015.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

Latour, B. **Reassembling the social**. Hampshire: Oxford University Press, 2005.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede**. Salvador: EDUSC, 2012.

LAW, J. MOLL, A. Notes on materiality and sociality. **The sociological Review**, 1995.

LAW, J.; SINGLETON, V. ANT, multiplicity and policy. **Critical Policy Studies**, v.8, n.4, 379-396, 2014.

LEITE, J. F. & DIMENSTEINM, M. (Org.) **Psicologia e contextos rurais**. Universidade Federal de Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

LUGONES, M. “Colonialidad y género: Hacia un feminismo descolonial”. En Mignolo, W. (Comp.), **Género y descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2008.

LUGONES, M. COLONIALIDAD Y GÉNERO: HACIA UN FEMINISMO DESCOLONIAL. In: **Género y descolonialidad**, Walter Mignolo, et.al; Organizado por Walter Mignolo. 2 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MACHADO, C. J. B. **“AQUI ATÉ O ARADO É DIFERENTE”**: TRANSFORMAÇÕES NO FAZER AGRICULTURA E EM HÁBITOS ALIMENTARES ENTRE FAMÍLIAS ASSENTADAS – UM ESTUDO REALIZADO NO ASSENTAMENTO UNIÃO, RIO GRANDE DO SUL. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós graduação em desenvolvimento rural da faculdade de ciências econômicas da UFRGS. Porto Alegre, 2014.

MEDEIROS, R. M. V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: Rosa Maria Vieira Medeiros; Michele Lindner. (Org.). **Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos**. 1ed. Porto Alegre, 2007.

MIES, M. e SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MOL, A. Ontological Politics: a Word and Some Questions in John Law and John Hassard, Actor Network Theory and After. Oxford and Keele: **Blackwell and the Sociological Review**, 1999.

MOL, A. **The body multiple: Ontology in medical practice**. Duke University Press, 2002.

MOL, A. **The Logic of Care: Health and the Problem of Patient Choice**, London: Routledge, 2008.

MONTEIRO, T. G. **Ética E Cuidado Em Narrativas De Aborto Na Web**. Dissertação de mestrado do programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional -UFRGS, Porto Alegre, 2020.

MORAES, M. Contribuições Das Investigações De Annemarie Mol Para a Psicologia Social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 2, abr./jun. 2013.

PASSOS, E. & BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAULILO, M. I. & SILVA, C. B. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista Estudos Feministas**, 15 (2), 399-417, 2007.

PAULILO, M. I. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. V. II; orgs. FERNANDES, B. M, MEDEIROS, L. S & PAULILO, M. I. S. Unesp, São Paulo, 2009.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Rev ciencia hoje**, n.28, 1987.

PAULILO, M. I. S. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, 12(1), 229-252, 2004.

PAULILO, M. I., & SILVA, C. B. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista Estudos Feministas**, 15(2), 399-417, 2007.

PAULON, S. M. A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicol. Soc.** vol.17, n.3, pp.18-25, 2005.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, v.9, n.18, pp 9-18, São Paulo, 1989.

PIMENTA, S. D. C. **Trajetórias na terra: Sociabilidades, gênero e identidades coletivas no projeto de reforma agrária Aliança**. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

PINHEIRO, P. S. **Saberes, plantas e caldas: A rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em desenvolvimento rural, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

POSSÍDIO, C. A. A. & MATTOS, J. L. S. Transição agroecológica: a experiência de autogestão das mulheres de Vila Nova - Dormentes/PE. Extramuros - **Revista de Extensão da UNIVASF**, v.5, n.2, 2017.

RAMM, L. V.; MONTEIRO, T. G.; WILLE, R. V. Política cognitiva autogestionária: Ética e produção de sentido participativa. **Rev. Front. Psic.** V.2, N.1, jan-jun 201, Novo Hamburgo, 2019.

RAMM, L. V.; RANIERE, É; MARASCHIN, C. Feira Virtual Bem da Terra: Fragmentos de uma utopia menor. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 14(2), São João del-Rei, abril-junho, 2019.

RESTREPO, E. & ROJAS, A. **Inflexión decolonial: Fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

SALVARO, G. I. J. **Entre a igualdade e a diferença: mulheres camponesas em lutas de gênero**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLFF, C. S. "Mulheres agricultoras" e "Mulheres Camponesas": Lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**; 25(1): 79-89, 2013.

SANTOS, F. P. & CHALUB-MARTINS, L. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. **Educação e pesquisa**. vol.38, n.2, pp.469-484, 2012.

SCHAAF, A. **Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2001.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical**. n.18, 2012.

SILIPRANDI, E. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v.1, n.1, Porto Alegre, 2000.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese de doutorado em desenvolvimento sustentável, Brasília, 2009.

SILVA, C; ARANTES, R; FERREIRA, V. Divisão sexual e divisão racial do trabalho. In: SILVA, C; ARANTES, R; FERREIRA. **Nosso Trabalho Sustenta o Mundo**. ed. 02. Recife: SOS Corpo, 2012.

SILVA, L. R. & SOUZA, T. L. AGROECOLOGIA NO CONTEXTO ESCOLAR. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço**, v. 6, n. 1, 2017.

SILVA, M. A. M. **A luta pela terra: Experiência e Memória**. UNESP, São Paulo, 2004.

STENGERS, I. **Cosmopolitics** (Vol. 1). Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

THAYER, M. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, Brasil: UFSC, Vol. 9 (1), 103-130, 2001.

VENTURINI, T. Diving in Magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 3, p. 258 - 273, 2010.

WILLE, R. V. & KREUTZ, J. Ri. Gênero, ruralidades e trajetórias de mulheres em resistência. **Rev. Alegrar**, ed. 23, jan/jul de 2019.

WILLE, R. V. **Gênero, ruralidades e trajetórias de mulheres em resistência**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente consentimento, tenho a dizer que fui informado(a), conheço e concordo com minha participação neste trabalho de pesquisa que tem o nome de: “Gênero e agroecologia: Performances de gênero em um coletivo de transição agroecológica”. Fui informado de que se trata da pesquisa de dissertação de mestrado de Rosemeri Völz Wille em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sei que o trabalho pretende estudar os impactos da transição agroecológica, especialmente no que se refere a questões de gênero. Fui informado que a pesquisadora irá acompanhar as atividades do grupo de transição agroecológica do qual faço parte e que serei convidado/a a participar de entrevistas para falar de minha experiência. Tenho o conhecimento de que posso fazer qualquer pergunta caso tenha dúvidas sobre qualquer etapa do estudo e que poderei obter informações sobre outros assuntos relacionados a esta pesquisa. Fui informado(a) que os riscos envolvidos na pesquisa são mínimos, já que as entrevistas não envolvem conteúdo muito mobilizador, e que caso seja identificada a necessidade de suporte, haverá encaminhamento para serviços especializados da rede de saúde. Sei ainda que terei eu mesmo total liberdade para retirar esse consentimento a qualquer momento, e deixar de participar do estudo. Tenho conhecimento que a utilização dos registros será feita de forma a não identificar meu nome, mantendo sob sigilo minha identidade. Sei e aceito que as entrevistas poderão ser utilizadas para fins exclusivamente da pesquisa. Sei que posso permitir ou não que a entrevista seja gravada. Sei que todo o material da pesquisa, físico e digital, será guardado durante o período mínimo dos próximos cinco anos após a finalização da pesquisa, sob os cuidados da pesquisadora responsável, em sua sala, no instituto de Psicologia da UFRGS. Sei que a responsável por esta pesquisa é a professora Rosane Azevedo Neves da Silva, que poderá ser contatada pelo telefone (51) 981419807 e executada pela mestranda Rosemeri Völz Wille, que posso contatar pelo telefone (53) 984494620. A pesquisa foi avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-PSICO) que fica na Rua Ramiro Barcelos, 2600, em Porto Alegre – RS e o telefone para contato é: (51) 33085698.

Canguçu, ____/____/____

Nome: _____

Assinatura: _____

Assinatura da pesquisadora:

Rosemeri Völz Wille